



Capítulo 2

Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África

Este capítulo analisa as tendências recentes relativas aos fluxos financeiros externos e à coleta de receitas fiscais em África. Dedicar-se à evolução do cenário financeiro africano na última década, centrando-se na crescente importância dos fluxos privados (investimento direto estrangeiro, remessas dos emigrantes e investimento de carteira) e no declínio da ajuda pública ao desenvolvimento. Apesar dos esforços significativos para aumentar a receita fiscal, estes ainda não são suficientes para suprir as necessidades.

Os dados estatísticos para Israel são fornecidos por e sob a responsabilidade das autoridades israelenses. O uso desses dados pela OCDE é feito sem prejuízo das colinas de Golã, Jerusalém Oriental e assentamentos israelenses na Cisjordânia, nos termos do direito internacional.

1. Nota de rodapé da Turquia: As informações deste documento que mencionam “Chipre” referem-se à parte sul da ilha. Não existe uma única autoridade que represente ao mesmo tempo as populações cipriotas turcas e gregas na ilha. A Turquia reconhece a República Turca de Chipre do Norte (RT CN). Enquanto não houver uma solução duradoura e justa no âmbito das Nações Unidas, a Turquia manterá sua posição no que diz respeito à “questão de Chipre”.

2. Nota de rodapé de todos os Estados membros da União Europeia, da OCDE e da União Europeia: A República de Chipre é reconhecida por todos os membros das Nações Unidas com exceção da Turquia. As informações constantes deste documento referem-se à área sob controle efetivo do Governo da República de Chipre.



Resumo

O cenário financeiro africano mudou consideravelmente desde o ano 2000. Os fluxos externos privados – investimento e remessas – são agora o motor do crescimento do financiamento externo. Para 2015, estima-se que os investimentos externos alcancem um montante de 73.5 mil milhões de USD, sustentados pelo crescimento de projetos de raiz na África do Sul, China e Índia. Assiste-se a uma diversificação do investimento direto estrangeiro (IDE): não se foca exclusivamente nos recursos minerais, abrangendo também os bens de consumo e os serviços e orienta-se cada vez mais para os grandes centros urbanos, procurando responder às necessidades de uma classe média em expansão. As obrigações soberanas estão em crescimento acelerado. Desde o ano 2000, as remessas dos emigrantes sextuplicaram e deverão atingir 64.6 mil milhões de USD em 2015, com o Egito e a Nigéria a receberem a maior parte destes fundos. Pelo contrário, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) deverá diminuir, em 2015, para um valor de 54.9 mil milhões de USD, uma tendência que se deverá acentuar. Mais de dois terços das economias da África subsariana – na sua maioria, países de rendimento baixo – receberão menos ajuda em 2017 do que a que receberam em 2014. Apesar das melhorias significativas na coleta de receita fiscal ao longo da última década, a mobilização de recursos financeiros internos continua a ser baixa. O financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Pós-2015 dependerá da capacidade dos decisores políticos africanos e da comunidade internacional em mobilizar as diferentes opções disponíveis de financiamento, explorando o seu potencial para alavancar fundos suplementares.

Os fluxos privados são o motor do crescimento do financiamento externo de África

Esta secção analisa a evolução dos fluxos financeiros externos, destacando a importância relativa do IDE, do investimento de carteira, das remessas dos emigrantes e da APD, bem como as respetivas tendências. Examina igualmente formas de otimização destes recursos, tendo em vista o financiamento da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Os fluxos externos abrandaram em 2014

Em 2014, os fluxos financeiros externos com destino ao continente africano foram estimados em 181 mil milhões de USD, ou seja, com um recuo de 6% relativamente a 2013. Esta diminuição resulta da forte queda dos investimentos de carteira e de um ligeiro declínio dos fluxos de IDE, em reflexo do abrandamento da procura global e da descida dos preços das matérias-primas, especialmente dos metais. Esta evolução contrabalança o ligeiro aumento das remessas (+2.1%) e da APD (+1.1%). Em termos gerais, as estimativas apontam para que os fluxos externos representem, em média, 7.3% do PIB, em 2014, abaixo dos 8.2% verificados em 2013.

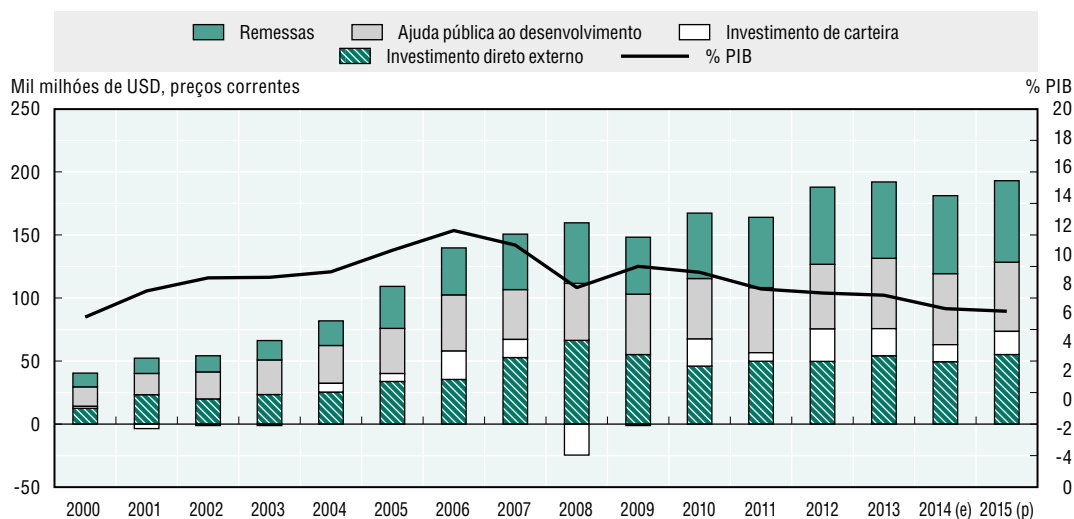
Nos últimos dez anos, os fluxos financeiros externos foram fundamentais para o financiamento do desenvolvimento em África, mas ficaram aquém do volume necessário para dar resposta aos principais desafios que o continente enfrenta. A Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, marcada para julho de 2015, em Adis Abeba, é uma oportunidade para avaliar o caminho percorrido para financiar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), de acordo com os resultados da Conferência de Monterrey, de 2002. Nessa perspetiva, a comunidade internacional está a desenhar o novo quadro de financiamento relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que irão suceder aos ODM. Os líderes da União Africana (UA), que representam a Posição Comum Africana (PCA) sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, insistem na necessidade de mobilizar recursos significativos, através de uma diversificação das fontes de financiamento e garantindo uma utilização eficaz dos fundos (UA, 2014).



Os fluxos financeiros privados são cada vez mais importantes

As opções de financiamento do continente alargaram-se consideravelmente desde a Conferência de Monterrey. Os fluxos financeiros privados são cada vez mais relevantes, tendo passado de 63% do total dos recursos financeiros, em 2002-06, para mais de 70% em 2010-14 (Figura 2.1). África tem conseguido atrair um volume crescente de investimento externo, nomeadamente intra-africano e das economias emergentes. Os fluxos de IDE são cada vez mais diversificados, não se focando exclusivamente nos recursos minerais e abrangendo cada vez mais os bens de consumo e serviços, em resposta às necessidades de uma população cada vez mais urbanizada e de uma classe média em expansão.

Figura 2.1. Fluxos financeiros externos em África, 2000-15



Nota: As estimativas (e) projeções (p) da APD são baseadas no aumento real da Ajuda Programável por País (APP) (OCDE, 2014b). Relativamente às remessas, os números baseiam-se nas previsões de crescimento do Banco Mundial. (Esta figura exclui empréstimos da banca comercial, empréstimos públicos e créditos comerciais).

Fonte: Cálculos dos autores, baseados em dados do CAD/OCDE, Banco Mundial, FMI e *Perspetivas económicas em África*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228186>

Os fluxos de investimentos de carteira com destino a África aumentaram. Desde 2011, mais de uma dúzia de países, incluindo a Nigéria, o Quênia e o Uganda, iniciaram-se nas emissões de obrigações soberanas, procurando financiamento para grandes projetos infraestruturais.

As remessas dos emigrantes continuam a aumentar e são a principal fonte individual de fluxos financeiros internacionais dirigidos aos países africanos. Em contraste com a volatilidade dos fluxos privados de capitais, estas transferências são uma fonte de divisas mais estável, pelo que são mais adequadas à prossecução de objetivos de longo prazo, como o desenvolvimento do setor financeiro (Ncube e Brixiova, 2013).

Os fluxos financeiros públicos estão a decrescer

Contrariamente aos fluxos privados, o peso relativo dos fluxos públicos internacionais, particularmente da ajuda bilateral dos países da OCDE, está a diminuir. Entre os períodos 2002-06 e 2010-14, a parcela de APD no total de fluxos externos passou de 37% para 30%. Esta tendência ilustra uma evolução da repartição regional da ajuda, com a diminuição dos donativos aos países africanos de rendimento baixo e o aumento dos empréstimos bonificados a países asiáticos de rendimento médio. Já a cooperação



sul-sul continua em franca ascensão, mais do que duplicando entre 2006 e 2011 (ONU, 2014).

Para compensar este recuo da ajuda ao desenvolvimento, os países mobilizam cada vez mais recursos internos. Graças aos grandes esforços desenvolvidos para melhorar a coleta de impostos e aos ganhos decorrentes dos elevados preços das matérias-primas, a receita fiscal regista um crescimento (Sy, 2015). No entanto, apesar dos esforços e das reformas desenvolvidas, a mobilização fiscal ainda é muito reduzida (Tabela 2.1).

**Tabela 2.1. Fluxos financeiros e receitas fiscais em África
(mil milhões de USD, preços correntes), 2005-15**

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (e)	2015(p)	
Externos	Privés	Investimento direto externo	33.8	35.4	52.8	66.4	55.1	46.0	49.8	49.7	54.2	49.4	55.2
		Investimento de carteira	6.3	22.5	14.4	-24.6	-0.3	21.5	6.8	25.7	21.5	13.5	18.4
		Remessas	33.3	37.3	44.0	48.0	45.2	51.9	55.7	61.2	60.6	61.8	64.6
	Publics	Ajuda pública ao desenvolvimento (total líquido, total dos doadores)	35.8	44.6	39.5	45.2	47.9	48.0	51.8	51.3	55.8	56.3	54.9
		Total de Fluxos Externos	109.2	139.7	150.6	135.0	147.9	167.3	164.0	187.9	192.0	181.1	193.0
Internos	Receita tributária	258.1	305.9	343.4	442.4	330.6	408.3	462.9	515.1	507.4			
Total de fluxos externos	Países de rendimento baixo	21.8	22.8	29.5	36.5	36.9	39.5	47.5	47.9	49.7	52.3	54.2	
	Países de rendimento médio-baixo	61.7	78.4	84.1	81.8	69.4	94.7	84.9	109.1	111.9	96.3	105.2	
	Países de rendimento médio-alto	23.2	35.6	33.2	11.9	35.9	28.1	26.5	25.6	26.0	26.9	26.6	

Nota: As estimativas (e) projeções (p) da APD são baseadas no aumento real da Ajuda Programável por País (APP) (OCDE, 2014b). Relativamente às remessas, os números baseiam-se nas previsões de crescimento do Banco Mundial. (Esta tabela exclui empréstimos da banca comercial, empréstimos públicos e créditos comerciais).

Fonte: Cálculos dos autores, baseados em dados do CAD/OCDE, Banco Mundial, FMI e *Perspetivas económicas em África*.

Os fluxos privados serão fundamentais para o financiamento da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

São os fluxos privados que impulsionam a entrada de capitais externos em África. Para 2015, estima-se que o total de fluxos externos no continente atinja 193 mil milhões de USD, sobretudo devido à forte subida do investimento de carteira e ao ligeiro aumento das remessas e do IDE – sustentado no crescimento económico e na expansão da base de consumo. O entusiasmo dos investidores, no entanto, poderá diminuir com os recentes riscos internos e externos, nomeadamente a descida do preço das matérias-primas, o abrandamento das economias emergentes, as repercussões do surto de Ébola e a instabilidade política na África Ocidental.

A mobilização dos recursos internos é fundamental para compensar a descida da APD

Relativamente aos fluxos internacionais públicos, deverá manter-se a tendência de declínio da APD proveniente dos países da OCDE, com destino a África. Em 2017, mais de dois terços dos Estados da África subsariana, na sua maioria países de rendimento baixo, irão receber menos ajuda ao desenvolvimento do que em 2014 (OCDE, 2014b).

A melhoria da mobilização de recursos internos será fundamental para contrabalançar o declínio da ajuda ao desenvolvimento. Para conseguirem atrair outros fluxos privados, os governos africanos terão que desenvolver mais esforços para reforçar os sistemas tributários, alargar a base coletável e melhorar os mercados de capitais locais (ONU, 2014). Mesmo assim, estes recursos internos serão insuficientes para assegurar as



necessidades de financiamento. O aumento do montante e da qualidade da ajuda ao desenvolvimento continuará a ser um complemento essencial, particularmente nos países de rendimento baixo.

O financiamento da agenda de desenvolvimento Pós-2015 requer fluxos públicos e privados sustentados por políticas e incentivos

O financiamento da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 requer uma combinação otimizada de recursos internos e internacionais, públicos, privados e mistos. Verifica-se, igualmente, um enfoque cada vez maior na utilização da ajuda como catalisador de investimentos privados, sob a forma de garantias, empréstimos ou parcerias público-privadas.

Os fluxos privados deverão desempenhar um papel cada vez mais importante. Assim, será fundamental que os governos desenvolvam políticas e sistemas de incentivos propícios à adequação entre as preferências dos investidores e as necessidades de investimento, garantindo que as exigências do desenvolvimento sustentável a longo prazo não sejam, por exemplo, financiadas através de fundos de curto prazo (ONU, 2014). Outro ponto importante é a manutenção dos esforços de atração dos fundos soberanos, das empresas privadas e das instituições de financiamento do desenvolvimento por parte dos governos, pois são fontes estáveis e de longo prazo, que contribuem para atenuar a volatilidade inerente aos mercados financeiros (Sy, 2015).

Os fluxos de capitais privados podem promover o desenvolvimento local

O reforço das relações económicas entre as empresas multinacionais e os setores privados nacionais pode ajudar a maximizar a contribuição das empresas para os objetivos de desenvolvimento. Um exemplo dessa cooperação são as grandes companhias agroindustriais que trabalham em parceria com os doadores para integrar os pequenos agricultores africanos nas suas cadeias de valor. Estas operações comerciais inclusivas permitem a transferência de conhecimento e de competências, mas ainda são limitadas, tanto em abrangência como em escala.

Os fluxos privados de capitais podem também contribuir significativamente para o desenvolvimento através da promoção da inovação nas praças financeiras locais, bem como do aprofundamento e alargamento dos serviços financeiros. Assim o demonstra, por exemplo, o crescimento exponencial das tecnologias de operações bancárias através de telemóveis e da internet.

É possível libertar recursos tirando partido das remessas e combatendo os fluxos financeiros ilícitos

Em termos de mobilização de recursos, as remessas dos emigrantes têm um grande potencial, ainda pouco explorado. Os decisores políticos e a comunidade que lida com o desenvolvimento estão a estudar formas de utilizar este potencial para alavancar as poupanças e os investimentos em ativos produtivos. Porém, ainda são precisos mais esforços para maximizar o seu impacto no desenvolvimento, nomeadamente através da redução dos custos de transmissão e da canalização das remessas através de bancos comerciais nacionais como forma de aceder a fundos adicionais.

Para além disso, os fluxos financeiros ilícitos provenientes de África – e que se estima terem ultrapassado os montantes de IDE e de APD na última década – são uma fonte potencial de mobilização interna de recursos para o continente. O combate eficaz a este fenómeno pode gerar recursos para investimento em bens públicos.



África continua a ser um destino atrativo para o investimento externo

Esta secção analisa as recentes tendências positivas do IDE¹, os fluxos de investimento africano no exterior e o investimento de carteira. Salienta o surgimento de novos setores, investidores e destinos, destacando os principais recetores e fontes de investimento externo. Para 2015, as perspetivas relativas ao IDE e ao investimento de carteira são positivas, embora os riscos, tanto externos como internos, possam fragilizar a confiança dos investidores.

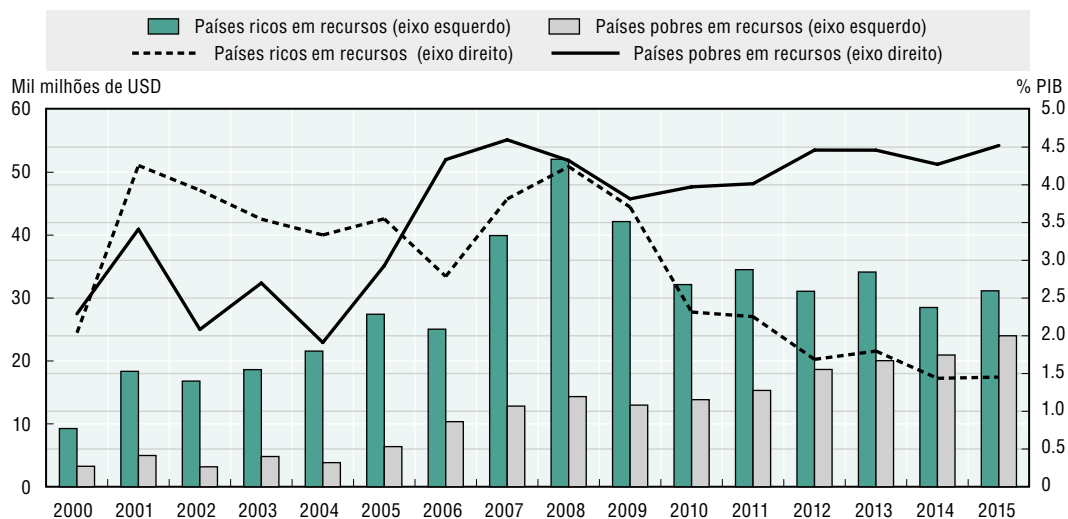
África continua a atrair IDE, mas o ritmo está a diminuir

Em 2013, o peso do continente africano nos projetos globais de IDE foi de 5.7%, o nível mais alto da última década. Os fluxos de IDE aumentaram 9% em relação a 2012, atingindo um montante de 54.2 mil milhões de USD, impulsionados por investimentos regionais e internacionais no setor extrativo, nas infraestruturas e nas indústrias orientadas para o consumo. As estimativas para 2014 indicam uma ligeira descida, para 49.4 mil milhões de USD, uma tendência que deverá ser contrariada em 2015, com uma previsão de 55 mil milhões de USD. Esta subida é alicerçada no crescimento contínuo de uma classe média emergente, que impulsiona o IDE no setor dos bens de consumo (FMI, 2014b). Com efeito, a classe média africana triplicou desde os anos 1980, atingindo em 2010 os 355 milhões de habitantes (34.3% da população), e estima-se que alcance 1.1 mil milhões (42% da população) em 2060 (BAD, 2011).

O setor dos bens de consumo atrai cada vez mais IDE para África

Os países ricos em recursos naturais² continuam a ser o principal destino dos fluxos de investimento, mas os países pobres em recursos representam uma parcela cada vez maior de IDE. De acordo com o FMI, em 2014 os países pobres em recursos naturais receberam 42% do IDE, contra 19% em 2008 (Figura 2.2). Em 2014, o rácio IDE/PIB para estes países foi de 4%, o dobro da percentagem registada em 2002. A tendência oposta regista-se nos países ricos em recursos, onde, no mesmo período, o rácio diminuiu de 4% para 1.5%.

Figura 2.2. IDE em África: Países ricos em recursos naturais versus países pobres em recursos naturais, 2000-15



Fonte: Cálculo dos autores, com base em dados do FMI (2014b).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228199>



Em 2013, o índice Herfindahl de concentração setorial do IDE alcançou o nível mais baixo da década, com uma média de 0.1, contra os 0.43 de 2003 – uma tendência corroborada pelos dados relativos aos anúncios de novos projetos de raiz. Em 2013-14, a indústria transformadora e os serviços representaram cerca de 85% do valor total dos projetos em África (fDi Markets, 2014). Em particular, os fluxos de IDE iniciaram um processo de diversificação para os setores de consumo, nomeadamente as tecnologias de informação e comunicação (TIC), o comércio de retalho, o setor alimentar e os serviços financeiros. Os investimentos nas TIC e no retalho passaram, respetivamente, de 14% e 12% do total de IDE, em 2007, para 20% e 17%, em 2013. No mesmo período, a proporção das empresas de serviços duplicou, alcançando 12% do total do IDE (Ernst & Young, 2014).

Os investimentos estão direcionados para os grandes centros urbanos em África

A tabela 2.2 mostra as principais razões subjacentes à escolha dos destinos do IDE em África, na última década. As empresas que investem na região estão fundamentalmente à procura de mercados; mais de 50% baseiam a sua decisão no acesso aos mercados internos, enquanto um terço tem na sua origem a proximidade a consumidores e mercados regionais.

Tabela 2.2. Motivações subjacentes aos fluxos de IDE em África, 2003-14

	Projetos	% nos projetos IDE
Potencial de crescimento do mercado	554	52.2
Proximidade a mercados ou consumidores	321	30.3
Regulamentos ou ambiente de negócios	250	23.6
Disponibilidade de mão-de-obra qualificada	67	6.3
Recursos naturais	61	5.7
Infraestrutura e logística	55	5.2
Custos mais baixos	53	5.0
Polo industrial/massa crítica	34	3.2
Apoio estatal	33	3.1
Atratividade/qualidade de vida	23	2.2
Outros motivos	88	8.3

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados fDi Markets (2014).

As cidades africanas são um mercado de consumo crescente e ainda inexplorado, cada vez mais atraente para os investidores. O rendimento disponível nas grandes cidades africanas deverá aumentar a uma média anual de 5.6%, até 2030, enquanto o poder de compra agregado deverá mais do que duplicar, passando de 420 mil milhões de USD, em 2013, para 1 bilião de USD, em 2030 (Oxford Economics, 2013). As quatro cidades da África subsariana mais atrativas para os investidores são, por ordem, Joanesburgo, a Cidade do Cabo, Nairobi e Lagos. No Norte de África, os principais destinos são Casablanca, o Cairo e Tunes (EY, 2014). Esta classificação tem em consideração a qualidade atual do ambiente de negócios e das infraestruturas, bem como a disponibilidade de mão-de-obra qualificada.

A recente vaga de projetos infraestruturais indica que os investidores também estão a injetar recursos em corredores de transportes, com o objetivo de ligar as cidades e de as transformar em grandes polos urbanos, com um vasto mercado de consumo. Este é o caso, por exemplo, do Corredor urbano Grande Idaban-Lagos-Acra (GILA), do Corredor de Desenvolvimento de Maputo e do corredor do Norte, entre a África Oriental e Central.



Novos destinos na mira dos investidores

Em 2014, os principais destinos do IDE em África foram o Egito, Moçambique, Marrocos, a África do Sul, a República do Congo (Congo) e o Gana (Tabela 2.3).

Tabela 2.3. Principais destinos do IDE em África, por valor de investimento, 2014

País	Valor (mil milhões de USD)	Principais setores
Egito	5.5	Petróleo, gás, automóvel
Moçambique	4.9	Infraestruturas, gás
Marrocos	4.7	Indústria transformadora, imobiliário, indústria alimentar
África do Sul	4.2	Infraestruturas
Congo	2.8	Petróleo
Gana	2.7	TIC, retalho

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados FMI (2014b).

Muitos outros países, como o Quênia, o Uganda, a República da Tanzânia e a Zâmbia, estão cada vez mais presentes no radar dos investidores, refletindo a mudança do enfoque para bens de consumo. No Quênia, os fluxos de investimento mais do que duplicaram no espaço de um ano, registando um montante de 1.2 mil milhões de USD em 2014. O país está a transformar-se num polo privilegiado de negócios, não só para a exploração de gás e petróleo mas também na indústria transformadora, nos transportes e nas TIC – o Quênia é um líder mundial em pagamentos por telemóvel (Caixa 2.2). Para além disso, o país está a construir, nos arredores de Nairobi, um centro tecnológico (Konza Technology City) de 14.5 mil milhões de USD, que deverá atrair investimentos em áreas como os processos de gestão, o desenvolvimento de *software* e centros de dados, com uma estimativa de criação de 16 000 postos de trabalho diretos até 2018-19 e 200 000 até ao ano 2030.

Os fluxos de IDE variam muito entre regiões

Em termos de desempenho regional, a África Oriental registou o maior crescimento de entradas de IDE, com uma subida de 9% em 2014, correspondente a um total de 9.5 mil milhões de USD. Na África Austral, os fluxos regressaram ao nível normal, com um declínio de 20% e atingindo 9.7 mil milhões de USD, após terem registado um recorde histórico em 2013 devido aos projetos de infraestruturas na África do Sul.

Também a África Ocidental sofreu uma queda de 20% no IDE, registando um montante de 8.3 mil milhões de USD, em resultado, sobretudo, da incerteza política e da insegurança na Nigéria. A epidemia de Ébola perturbou seriamente a atividade económica em diversos setores na Guiné, na Libéria e na Serra Leoa, isolou estes países dos mercados internacionais e abalou a confiança dos investidores. Os serviços (restauração e hotelaria, construção civil, transportes e serviços às empresas) foram o setor mais afetado, embora os fluxos de investimento tenham também diminuído no setor primário. Na Guiné, grandes investidores como a Vale e a Rio Tinto evacuaram a maioria dos funcionários estrangeiros. Na Libéria, o investimento planeado para aumentar a capacidade de produção da principal empresa mineira do país (a ArcelorMittal) para 15 milhões de toneladas anuais, foi suspenso; e outra grande empresa do setor (China Union) paralisou as operações em agosto de 2014 (Banco Mundial, 2014b). A evacuação dos quadros e dos supervisores atrasou, igualmente, o investimento na plantação de palmeiras para produção de óleo de palma. A construção de uma unidade de produção de óleo de palma para a companhia Sime Darby, com um valor de 10 milhões de USD, começou em julho de 2014 e deveria estar concluída em 2015, mas os trabalhos tiveram de ser suspensos (Banco Mundial, 2014b).

Os fluxos de IDE no Norte de África e na África Central também diminuíram, mas apenas marginalmente. A instabilidade política no Norte de África parece ter tido um efeito negativo nas atividades transformadoras não ligadas ao petróleo. Com a exceção



da Líbia, porém, a produção de gás e petróleo não sofreu alterações. O ressurgimento do interesse dos investidores pela região é particularmente evidente no Egito, onde os Emirados Árabes Unidos (EAU) estão a aumentar a presença de forma significativa e diversa, com investimentos no petróleo, gás, banca, setor automóvel, turismo, alimentação e educação.

Os investimentos no setor agroalimentar são agora mais inclusivos

O panorama do investimento no setor agroalimentar está em mutação. A incerteza relativamente à disponibilidade de muitos produtos agrícolas no futuro, a pressão fundiária e a diminuição da rentabilidade – África tem a menor taxa mundial de produtividade agrícola – levam muitas empresas a trabalharem de forma mais estreita com pequenos produtores, como forma de garantir a estabilidade do abastecimento. Em alguns setores, como a horticultura e, em menor grau, o cacau e o café, as empresas estão a contribuir ativamente para o processo produtivo. Os exemplos incluem iniciativas “inclusivas” de agroindústria, que combinam os lucros com missões sociais dirigidas a agricultores com baixos rendimentos, fornecendo-lhes fatores de produção, formação e outros tipos de apoios (Caixa 2.1).

Caixa 2.1. Investimentos inclusivos na agroindústria

Diversos modelos de negócios de desenvolvimento inclusivo dos mercados no setor da agroindústria baseiam-se na complementaridade entre pequenas explorações agrícolas e grandes investidores. Existem diversas modalidades, indo da agricultura sob contrato (plantações satélite ou programas de ajuda a pequenos agricultores) às joint ventures ou aos contratos de gestão. No caso da agricultura sob contrato, o agricultor comercial facilita o acesso aos fatores de produção (por exemplo, empréstimos bancários, sementes, serviços de aconselhamento), em troca do direito a comercializar a produção. Estes esquemas têm como objetivo reduzir o risco para ambas as partes. Existem, contudo, diversos fatores chave que condicionam os resultados finais, como o poder de negociação dos grandes investidores e dos agricultores, a profissionalização das organizações de agricultores e os termos do contrato.

Encontram-se exemplos de sucesso no setor hortícola na **Etiópia** e no **Quênia**, onde os grandes investidores e exportadores trabalham com os produtores locais em regime contratual, fornecendo-lhes as necessárias capacidades, o financiamento e o acesso aos mercados. Os produtores locais conseguiram, assim, diversificar as culturas e as fontes de rendimento.

Outras culturas de exportação dominadas por pequenos produtores, como o cacau e o café, ainda não foram abrangidas por este tipo de evolução, mas o potencial é grande, nomeadamente pela existência de uma grande procura, que leva os distribuidores/exportadores a trabalhar diretamente com os produtores para garantir o abastecimento. Nesta aproximação, acabam por colaborar com os doadores internacionais e as ONG locais, que têm um maior conhecimento das realidades locais e podem também cofinanciar os fatores de produção e os programas de formação dos produtores.

Na África Oriental, a ECOM, uma grande empresa de comercialização e transformação, associou-se à ONG Hivos para dar formação aos produtores de café. Entre 2007 e 2012, desenvolveram em conjunto um programa de formação que, desde então, ajudou mais de 85 000 produtores de café a melhorarem a quantidade e qualidade dos seus rendimentos e a uma maior transparência nos processos de produção. Em resultado, o rendimento dos agricultores passou de 60% para 75%. Com base no sucesso deste programa, a ECOM e a Hivos lançaram, em 2013, uma nova parceria para ajudar 90 000 pequenos produtores de café (metade dos quais são mulheres) do **Quênia**, do **Uganda** e da **Tanzânia**. Este programa tem como objetivo construir modelos comercialmente viáveis para a criação de sistemas eficazes de ajuda aos produtores, facilmente replicáveis, o que fará com que a ECOM, no futuro, possa desenvolver as suas atividades de forma independente.



Caixa 2.1. Investimentos inclusivos na agroindústria (cont.)

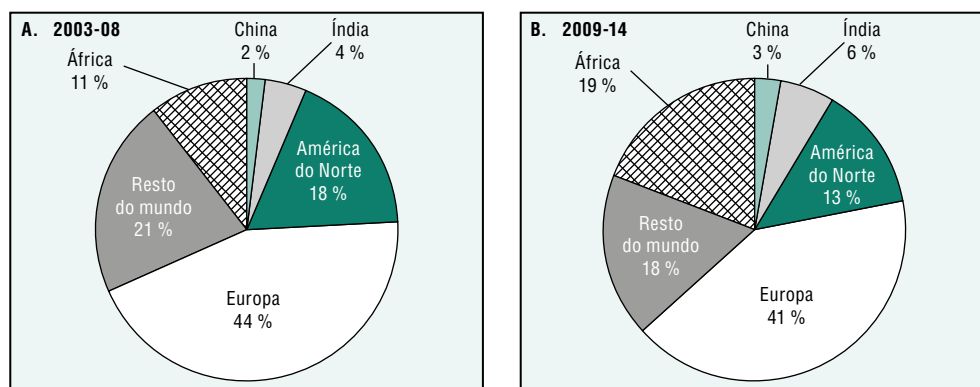
Na Côte d'Ivoire, outra grande empresa agroindustrial, a Cargill, associou-se à ONG Solidaridad para dar aos produtores de cacau acesso a fatores de produção e formação em boas práticas agrícolas, tendo em vista o aumento da produtividade e a preservação do ambiente. As atividades desenvolvidas integram o apoio às cooperativas para a obtenção de certificação para o cacau e a melhoria das condições de trabalho dos seus membros. As agricultoras recebem igualmente formação noutras atividades geradoras de rendimento, para diversificarem as suas fontes de receita. Uma avaliação recente às atividades de apoio desenvolvidas pela Cargill e pela Solidaridad, entre 2008 e 2012, mostrou que a maioria dos 60 000 agricultores da Côte d'Ivoire beneficiaram com a formação que receberam. Por um lado, a produtividade e a qualidade dos grãos de café melhoraram, o que gerou um aumento do rendimento. Por outro lado, os agricultores aumentaram os seus conhecimentos sobre direitos laborais e das crianças. Esta e outras iniciativas semelhantes tendem a visar as cooperativas (que representam menos de 15% do total dos agricultores), mas contribuem para que a cadeia de valor do cacau seja mais inclusiva e sustentável.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Wageningen UR (2012, 2014), Wegner e Zwart (2011) e Hivos (s.d.).

Há mais projetos de raiz nas economias africanas

As economias emergentes são, cada vez mais, uma fonte de financiamento importante para os projetos de raiz nos países africanos (Figura 2.3). Enquanto o investimento dos países da OCDE têm diminuído, o peso da China e da Índia no total dos projetos de raiz já anunciados passou de 2% e 4%, respetivamente, em 2003-08, para 3% e 6%, em 2009-14 (fDi Markets, 2014).

Figura 2.3. Fontes de investimento em projetos de raiz em África (número de projetos), 2003-08 e 2009-14



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados fDi Markets (2014) e CNUCED (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228205>

A China, especialmente, investiu cerca de 11.7 mil milhões de USD, entre 2009 e 2014, em 129 projetos de raiz, criando aproximadamente 48 000 postos de trabalho (fDi Markets, 2014). Em 2013-14, grande parte destes investimentos (4.3 mil milhões de USD) concentrou-se em países produtores de petróleo e gás da África Ocidental, apesar de se verificar uma diversificação dos capitais chineses para setores como os transportes, a construção civil e o vestuário. Em 2013, o grupo Huanjin inaugurou a sua primeira unidade de produção de sapatos, ambicionando a constituição, na Etiópia, de uma zona económica especial para a indústria ligeira, com valor estimado de 2 mil milhões de USD (CNUCED, 2014). A fábrica pode criar emprego para quase 100 000 trabalhadores etíopes.



No Egito, a empresa chinesa de eletrónica Hisense desenvolveu uma parceria com a estação de televisão local Sun TV, tendo em vista a produção anual de 100 000 televisões LCD (Ernst & Young, 2014). Estes exemplos ilustram como as empresas chinesas utilizam, cada vez mais, mercados africanos específicos como plataformas de fabrico de produtos para exportação nos mercados globais.

Em 2013-14, os principais investidores (em valor) em projetos de raiz foram os EAU (45.6 mil milhões de USD), a França (21 mil milhões), os Estados Unidos (10.7 mil milhões), a Grécia (10 mil milhões, concentrados no Egito), o Reino Unido (6.9 mil milhões) e a Bélgica (5.2 mil milhões). Os países europeus são responsáveis por 41% do IDE em África e por 37% dos empregos criados em projetos de raiz com este tipo de financiamento (308 000 postos de trabalho, entre 2009 e 2014).

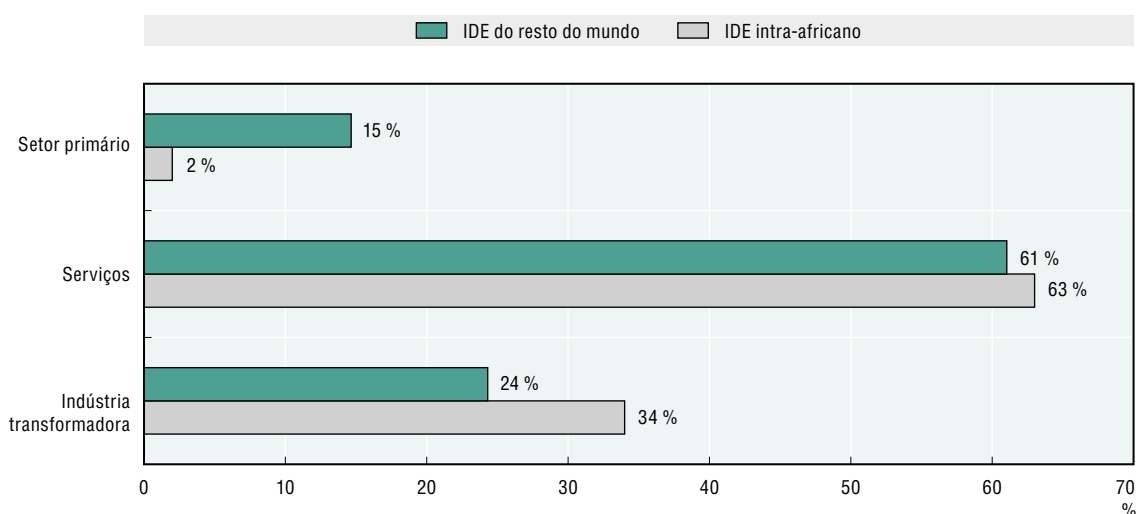
Os fluxos de IDE intra-africanos estão em crescendo

Inquéritos recentes sobre a atratividade de África enquanto destino de investimento revelam o crescimento da confiança e do otimismo dos investidores africanos face às novas oportunidades do continente. A maioria dos inquiridos tem uma opinião positiva relativamente aos progressos de África e à sua capacidade de atrair investidores. Este otimismo crescente traduziu-se no crescimento dos investimentos intra-africanos (Ernst & Young, 2014).

Os investimentos intra-africanos em projetos de raiz estão a aumentar

A parcela de novos investimentos transfronteiriços intra-africanos anunciados passou de 11% do total (no período 2003-08) para 19% (entre 2009 e 2014). Em termos de criação de emprego, a parcela intra-africana aumentou de 6% para 10%, atingindo um total de 86 000 empregos no período 2009-14 (fDi Markets, 2014).

Figura 2.4. Repartição setorial dos projetos de raiz anunciados, em valor, por origem (investimento acumulado) 2013/14



Fonte: Cálculos dos autores, com base em fDi Markets (2014) e CNUCED (2014).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228210>

As empresas sul-africanas são as principais investidoras no continente, estando na origem de cerca de 50% dos projetos de raiz intrarregionais. No período 2009-14, a África do Sul investiu em 312 projetos de raiz, com um valor total de 25.6 mil milhões de USD



(fDi Markets, 2014). No mesmo período, seguem-se as Maurícias, a Nigéria e o Quênia, com, respetivamente 50, 89 e 134 projetos de raiz. Como ilustra a Figura 2.4, cerca de 99% dos projetos intra-africanos concentra-se na indústria transformadora e nos serviços, enquanto as indústrias extrativas têm um papel residual (fDi Markets, 2014).

Os fluxos internacionais de IDE com origem em África também estão a aumentar

Nos últimos anos, os fluxos globais de IDE provenientes de África estão a aumentar. Entre 2013 e 2014, o investimento africano no resto do mundo registou uma média de 11.4 mil milhões de USD, enquanto em 2011-12 se situou nos 8.1 mil milhões de USD.

Algumas multinacionais africanas emergentes estão a expandir a sua presença, tanto no continente como no plano global, algumas delas com o lançamento de produtos inovadores. Os fluxos de IDE que saem de África com destino ao resto do mundo cresceram 30%, entre 2003-08 e 2009-14. O setor dos serviços é particularmente dinâmico, nomeadamente no que respeita ao comércio a retalho, à banca e às TIC (Caixa 2.2).

Caixa 2.2. Principais empresas africanas com investimentos no continente e no resto do mundo

A **SABMiller**, a antiga South African Breweries, ultrapassou a sua base original sul-africana e é agora uma multinacional de cerveja e bebidas. Em volume de negócio, é a segunda maior empresa mundial, com interesses e acordos de distribuição nos seis continentes. A SABMiller opera em 31 países africanos e é a segunda maior cervejeira na Índia. A empresa detém 49% da Snow, a principal marca de cerveja chinesa, em volume.

Outra empresa sul-africana, a **Naspers**, tem grandes investimentos na China. A Naspers é o maior conglomerado africano no setor dos media e detém 34% do capital da líder chinesa de internet, a Tencent.

O **Shoptite Group of Companies** é um grupo sul-africano que opera no retalho e na restauração (fast food). Controla mais de 1 200 empresas e 270 franquias em 16 países africanos, empregando mais de 11 000 pessoas. É, igualmente, a maior cadeia africana de supermercados, ocupando o 93º posto no ranking mundial dos distribuidores de produtos alimentares. Em 2014, a Shoptite continuou a sua estratégia de expansão, planeando abrir 47 novos estabelecimentos, especialmente em Angola e na Nigéria. O grupo decidiu reforçar a distribuição de produtos frescos fornecidos pelos pequenos produtores locais (cerca de 80% dos frescos vendidos na Zâmbia, 60% na Nigéria e 50% em Angola, são provenientes de pequenas explorações). Em alguns países, os supermercados Shoptite contribuíram de forma decisiva para a inclusão de pequenas explorações nas cadeias de valor agroindustriais.

A **Safaricom** é o primeiro operador de comunicações móveis na África Oriental. Para a Forbes, foi a empresa mais inovadora da África subsariana em 2012. Em 2007, a Safaricom lançou o M-Pesa, o primeiro serviço africano que permite fazer depósitos, transferências e levantamentos por SMS. O M-Pesa revolucionou os serviços financeiros no Quênia e na Tanzânia, onde, em 2014, mais de 60% da população utilizou os pagamentos móveis. Este tipo de serviços está em expansão, tanto noutros países africanos como fora do continente. Serviços concorrenciais estão agora a emergir e a alastrar pelo continente.

O comércio eletrónico (*e-comércio*) está em grande expansão em África. A página de compras online mais popular, a **Jumia**, que foi criada em 2012 na Nigéria, e tem uma vasta oferta de produtos eletrónicos, eletrodomésticos, vestuário e produtos para crianças. Em 2014, a Jumia tinha armazéns em sete outros países africanos: Camarões, Côte d'Ivoire, Egito, Gana, Marrocos, Quênia e Uganda. Um ano após o seu lançamento no Quênia, a Jumia é o principal retalhista do país, com mais de 50 000 produtos e mais de 100 funcionários.

Fonte: Baseado em relatórios de empresas selecionadas e artigos de imprensa (Fast Company, 2014 ; Forbes, 2012).



O IDE deve crescer em 2015, mas o decréscimo dos preços das matérias-primas, os riscos políticos internos e a epidemia de Ébola podem abalar a confiança dos investidores

Para 2015, espera-se que os fluxos de IDE em África cresçam 12%, atingindo um montante de 55 mil milhões de USD. Os principais destinos deverão manter-se inalterados (com referência a 2014): Egito (6.5 mil milhões de USD), Marrocos (5.2 mil milhões de USD), Moçambique (5 mil milhões de USD), África do Sul (4.2 mil milhões de USD) e o Congo (2.8 mil milhões de USD) (FMI, 2014b).

Apesar das incertezas que marcam o cenário político no Egito, a Dana Gas dos EAU e a italiana Eni SpA anunciaram recentemente grandes investimentos no setor do gás e do petróleo. O Norte de África deverá, assim, ser o principal destino de IDE em 2015, com um valor de 18 mil milhões de USD. De acordo com as estimativas, a África Oriental ocupará o segundo lugar da tabela, devido ao crescimento dos fluxos de IDE no setor das TIC e nas infraestruturas, seguida da África Ocidental, com um pequeno aumento do investimento nas indústrias extrativas na Guiné e a manutenção, somente com um ligeiro decréscimo, do IDE na Côte d'Ivoire, no Gana e na Nigéria.

Estas perspetivas, porém, estão sujeitas a uma série de choques externos e internos. Em termos internacionais, a queda contínua dos preços dos metais e do petróleo pode originar uma significativa redução das exportações, levando os investidores estrangeiros a reduzirem as suas operações nos países ricos em recursos (Banco Mundial, 2014a). Em simultâneo, os investidores podem sentir-se desencorajados face ao abrandamento das economias emergentes, especialmente da China, e à incipiente retoma da zona euro. Na frente interna, os riscos de degradação das perspetivas estão ligados ao conflito no Sudão do Sul, ao agravamento da insegurança no norte da Nigéria – que também afeta negativamente os países vizinhos – e à precariedade da situação no norte do Mali e na costa queniana.

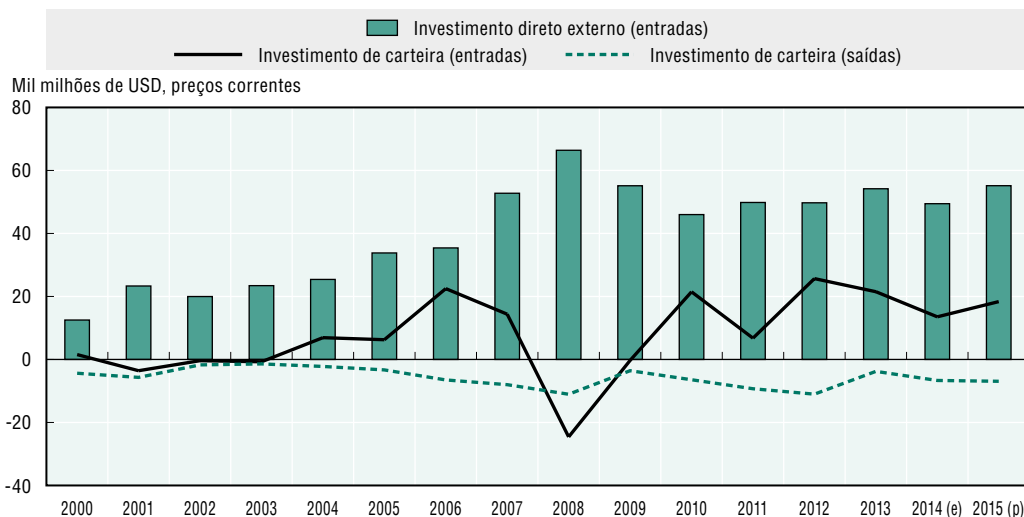
A recente epidemia de Ébola é uma séria ameaça à confiança dos investidores na Guiné, na Libéria e na Serra Leoa. Um eventual fracasso nas estratégias de contenção da doença pode ter impactos negativos noutras economias da África Ocidental. O surto de Ébola não deverá perturbar significativamente o setor petrolífero nigeriano, pois é uma atividade muito concentrada e realizada maioritariamente através de exploração *offshore*. Se a crise se prolongar, no entanto, as reações económicas provocadas pelo medo podem intensificar-se, podendo levar à suspensão ou cancelamento de fluxos de IDE na África Ocidental, o que afetaria a exploração mineira de grande escala, as culturas comerciais (óleo de palma, cacau, etc.), o turismo e a hotelaria (Banco Mundial, 2014b).

Os investimentos de carteira são cada vez mais voláteis

Os fluxos de entrada de investimentos de carteira (ações e títulos da dívida detidos por entidades não residentes) decresceram em 2014, ao contrário dos fluxos de saída de investimentos de carteira (participações e títulos da dívida detidos por residentes), que aumentaram. Em termos gerais, os dois tipos de investimento – entradas e saídas – continuam a ser altamente voláteis (Figura 2.5).



Figura 2.5. Investimento direto estrangeiro e investimento de carteira em África, 2000-15



Nota: (e) estimativas e (p) previsões.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2014b).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228223>

As previsões de entrada de investimentos de carteira indicam uma recuperação, mas com grande potencial de risco

Nos últimos dez anos, a parcela do investimento de carteira foi gradualmente aumentando a sua importância no total dos investimentos em África. No entanto, depois do pico inicial registado em 2006, com 22.5 mil milhões de USD, têm registado uma grande volatilidade. Ao novo pico de 25 mil milhões de USD registado em 2012, seguiu-se um retrocesso em 2013 e uma queda em 2014 para quase metade, atingindo nesse ano cerca de 13.4 mil milhões de USD. É na Nigéria que se regista a maior queda no investimento de carteira: de acordo com as estimativas, de 13 mil milhões de USD, em 2013, para apenas 600 milhões de USD, em 2014. No Gana verifica-se uma situação similar, com os investimentos de carteira a passarem de 700 milhões de USD, em 2013, para um volume negativo (-200 milhões de USD), em 2014. Já no Egito o declínio foi menor, passando de 1.4 mil milhões de USD para 1.2 mil milhões, em 2014. A África do Sul é o maior destino do investimento de carteira, registando-se um aumento das entradas, de 7.5 mil milhões de USD, em 2013, para 9 mil milhões de USD, em 2014 (FMI, 2014b). O FMI estima que o investimento de carteira em África cresça em 2015, em resultado da projetada recuperação dos fluxos com destino à Nigéria (onde deverão atingir um montante de 6.4 mil milhões de USD). Contudo, estas previsões otimistas não estão isentas de riscos.

O abandono progressivo das políticas de flexibilização quantitativa – o chamado “*quantitative easing*” – nos Estados Unidos, as incertezas que marcam o mercado petrolífero e os riscos políticos podem fazer com que os investidores alterem a sua visão sobre o continente. Nos países africanos que deverão receber os maiores montantes de investimento de carteira – como a África do Sul, o Egito e a Nigéria – podem vir a registar-se quedas drásticas nos fluxos, o que, por sua vez, originaria uma maior pressão sobre os países com grandes necessidades de financiamento externo (FMI, 2014a).



As saídas de investimento de carteira devem aumentar ligeiramente, sob a liderança da África do Sul

Os fluxos de investimento de carteira provenientes do continente africano também têm sido marcados pela volatilidade, registando uma queda abrupta entre 2012 (11 mil milhões de USD) e 2013 (3.8 mil milhões de USD) e subindo novamente em 2014, com um valor de 6.7 mil milhões de USD. A África do Sul representa 77% do total dos fluxos (5.1 mil milhões de USD), seguindo-se Angola (1.2 mil milhões de USD). A Namíbia (500 milhões de USD), o Botswana (200 milhões de USD), os Camarões, o Quênia e o Mali (com montantes inferiores a 100 milhões de USD, nos três casos), são outros países africanos onde se registam fluxos de saída de investimento de carteira menores (FMI, 2014b). Em 2015, espera-se que este tipo de investimento cresça ligeiramente, com um volume de 6.9 mil milhões de USD, principalmente em resultado do crescimento das operações sul-africanas (estimadas em 5.6 mil milhões de USD).

O mercado dos títulos soberanos está em franco crescimento no continente africano

As emissões de títulos soberanos estão em crescimento por todo o continente africano. Depois de 2011, mais de uma dezena de países – como a Nigéria, o Quênia e o Uganda – emitiram pela primeira vez obrigações nos mercados internacionais, com o objetivo de financiarem grandes projetos de infraestruturas. Esta tendência manteve-se em 2014, com os governos africanos a beneficiarem das baixas taxas de juro e de uma elevada procura por parte dos investidores, que procuram dívida com maior rendimento. Entre janeiro e outubro de 2014, o total de emissões da África subsariana (incluindo a África do Sul) chegou a um montante próximo dos 7 mil milhões de USD – mais do que o volume total de 2013, 6.5 mil milhões de USD, que era o valor máximo até então registado (FMI, 2014a). Este volume equivale a mais de 25% da APD e a 14% dos fluxos de IDE na região, em 2014.

Tanto os países africanos como as empresas locais estão a recorrer mais à emissão de obrigações

No primeiro semestre de 2014, a Côte d'Ivoire e o Quênia lançaram pela primeira vez obrigações expressas em USD. A maior parte dos títulos registou uma procura muito superior à oferta, com as encomendas a atingirem 5 mil milhões de USD na Côte d'Ivoire e 8 mil milhões de USD no Quênia (Banco Mundial, 2014a). Em abril do mesmo ano, também a Zâmbia emitiu obrigações da dívida a dez anos no montante de mil milhões de USD, o mesmo tendo feito o Senegal (500 milhões), a África do Sul (1.7 mil milhões) e o Gana (mil milhões). Em dezembro de 2014, a Etiópia estreou-se nos empréstimos obrigacionistas em dólares no valor de mil milhões de USD. De uma forma geral, os *spreads* desceram, com a exceção do Gana e da Zâmbia, países onde os défices orçamentais estão a crescer e o ritmo das reformas é lento.

A alteração nos padrões de consumo está a refletir-se no crescimento das emissões obrigacionistas das empresas, pois as que operam em setores impulsionados pelos consumidores – como as telecomunicações, a energia, o sistema bancário e o setor imobiliário – procuram os mercados de capitais para o financiamento do seu crescimento.

Esta evolução deverá manter-se em 2015 (Standard Bank, 2014), sobretudo devido à necessidade de financiar os projetos de infraestruturas no continente africano. Após o



sucesso da operação de 2013, no valor de 400 milhões de USD, o Ruanda anunciou que irá fazer novas emissões em 2015, com um montante de mil milhões de USD.

No geral, a dívida dos países africanos em percentagem do PIB é baixa. Se as receitas forem canalizadas para investimentos de capital, os países poderão conseguir melhorar o rendimento e reforçar a sua posição para o pagamento da dívida. O crescimento excessivo da dívida externa, no entanto, acarreta uma série de riscos, como o adiamento na execução dos projetos, a sustentabilidade da dívida ou a incerteza cambial (ODI, 2014). De acordo com um estudo recente do ODI, a desvalorização monetária de 2014 em alguns países da África subsariana pode comprometer a capacidade de reembolso aos investidores (ODI, 2015).

As remessas têm um grande potencial inexplorado para impulsionar o investimento em África

Esta secção analisa a tendências recentes dos fluxos de remessas para África, salientando o facto de os dados agregados esconderem grandes disparidades entre os recetores, tanto em termos geográficos como de grupo de rendimento. As remessas podem ser aproveitadas para estimular o investimento e o crescimento, mas para tal é necessário que os esforços de maximização do seu impacto no desenvolvimento ultrapassem os obstáculos existentes. Os dados não refletem a verdadeira dimensão das remessas para África, uma vez que uma proporção considerável (até 75% dos fluxos registados) é enviada através de canais informais (OCDE, 2014a).

As remessas continuaram a crescer em 2014, com o Egito e a Nigéria a receberem a maior parte destes fundos

As remessas oficiais dos emigrantes continuam a ser o principal fluxo de financiamento internacional em África, representando cerca de 33% das entradas de fluxos externos desde 2010. As transferências privadas transnacionais, de pessoas individuais e famílias, aumentaram consideravelmente nos últimos 15 anos, passando de 11.9 mil milhões de USD, em 2000-02 para um valor estimado de 61.2 mil milhões, em 2012-14 (Tabela 2.4).

Tabela 2.4. Os quinze principais países recetores de remessas em África (por % do PIB), 2014

País	% PIB	USD per capita	Mil milhões de USD, preços correntes
Lesoto	22.2	285.6	0.55
Gâmbia	21.1	100.3	0.19
Libéria	18.6	92.0	0.39
Senegal	10.5	114.3	1.66
Cabo Verde	10.0	381.0	0.20
Comores	9.7	97.1	0.07
Togo	7.2	49.7	0.35
Mali	6.8	46.9	0.81
São Tomé e Príncipe	6.6	121.6	0.02
Egito	6.3	210.8	18.00
Marrocos	6.1	205.5	6.82
Tunísia	4.8	214.8	2.36
Guiné-Bissau	4.6	27.5	0.05
Uganda	3.8	26.3	1.00
Nigéria	3.6	122.4	21.29

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Banco Mundial sobre remessas.



Após um crescimento drástico entre 2010 e 2012 (mais de 10%, em média), as remessas oficiais caíram cerca de 1% em 2013. No entanto, voltaram a aumentar 2.1% em termos nominais, atingindo um valor estimado de 61.8 mil milhões de USD em 2014. Estima-se que as remessas *per capita* no continente africano tenham aumentado de 20 USD por pessoa, em 2003-04, para 56 USD por pessoa, em 2013-2014, com países como Cabo Verde, Egito, Lesoto e Tunísia a receberem mais de 200 dólares por pessoa em 2014.

As remessas são uma fonte fundamental de capital para os países africanos

O peso dos fluxos de remessas no PIB é muito significativo em países como Cabo Verde, Gâmbia, Lesoto, Libéria e Senegal (Tabela 2.4). Nos países de grande dimensão, as remessas representam uma parcela mais pequena do PIB, em termos relativos, mas ultrapassam outras fontes de financiamento externo. No Egito, por exemplo, as transferências privadas transnacionais são o triplo das receitas em divisas provenientes do Canal do Suez ou do turismo (Banco Mundial, 2014c) e quase o quádruplo do IDE. Para além disso, as remessas constituem uma fonte de financiamento mais estável do que outros fluxos privados, especialmente devido à sua resiliência face a crises nas economias receptoras. Podem até comportar-se de forma contra-cíclica, enquanto o IDE tende a ser pró-cíclico (OCDE, 2014a).

As remessas são frequentemente investidas em setores produtivos e podem aliviar as pressões sobre a sustentabilidade da dívida

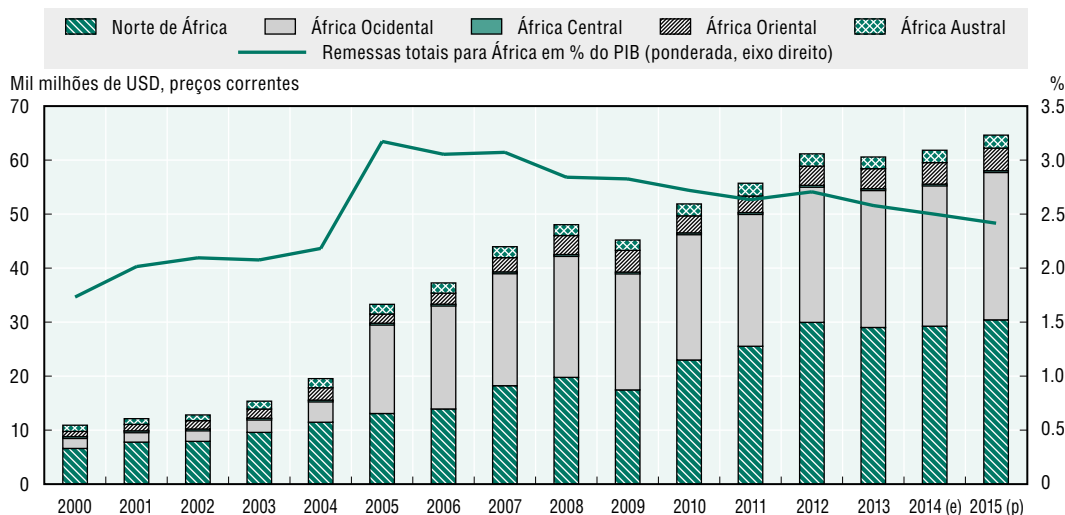
O comportamento contra-cíclico das remessas dos emigrantes está ligado ao facto de constituírem uma transação privada, frequentemente assente em laços familiares e sociais. São tradicionalmente encaradas como um fluxo ligado aos gastos de consumo mais do que ao investimento produtivo. No entanto, a análise de exemplos no Burkina Faso, Nigéria, Quênia, Senegal e Uganda demonstra que as famílias que recebem remessas internacionais provenientes de países da OCDE têm investido esses fundos na compra de equipamentos agrícolas, construção de habitações, criação de negócios, compra de terras e melhoria das explorações agrícolas (Plaza e Ratha, 2011). Ao nível macroeconómico, os estudos empíricos mostram que as remessas podem contribuir para aliviar as pressões sobre a sustentabilidade da dívida, ao alargarem a base tributária, como aconteceu no caso do Egito (Ncube e Brixiova, 2013).

Há uma disparidade na distribuição regional das remessas

As remessas oficiais dos emigrantes para África estão distribuídas de forma desigual; o Norte de África e a África Ocidental receberam, em 2014, a maior parte destes fluxos, representando respetivamente 47% e 42% do total (Figura 2.6). Os maiores recetores de remessas, em 2014, foram a Nigéria (21.3 mil milhões de USD), o Egito (18 mil milhões de USD), Marrocos (6.8 mil milhões de USD), a Tunísia (2.4 mil milhões de USD), a Argélia (2.0 mil milhões de USD) e o Senegal (1.6 mil milhões de USD). O Uganda e o Quênia são os dois únicos países da África Oriental que registaram remessas acima dos mil milhões de USD, enquanto na África Austral apenas a África do Sul ultrapassou esse valor em 2014, atingindo 1.4 mil milhões de USD.



Figura 2.6. Fluxos de remessas em África, por subregião, 2000-15

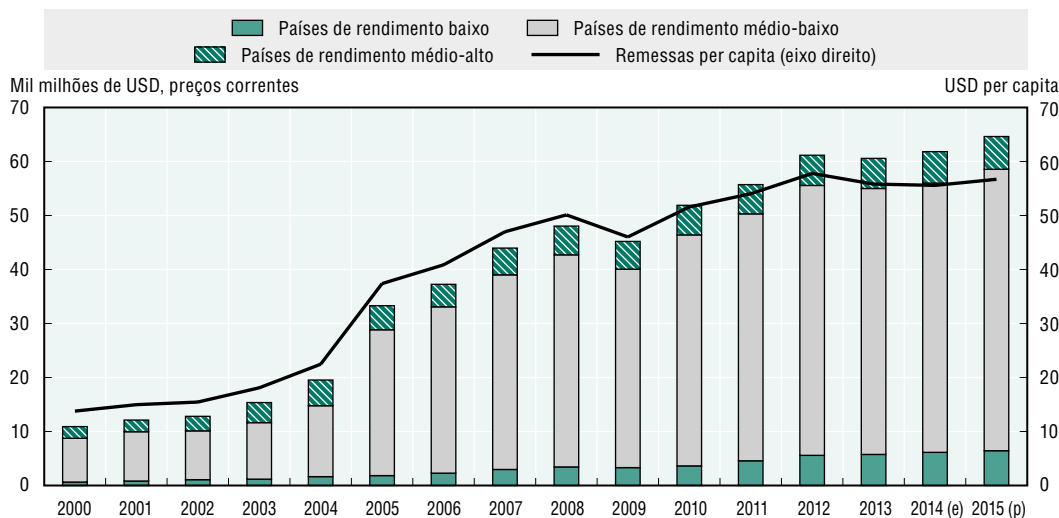


Nota: (e) estimativas (p) projeções.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Banco Mundial sobre remessas.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228233>

Figura 2.7. Fluxos de remessas em África, por grupo de rendimento, 2000-15



Nota: (e) estimativas (p) projeções.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Banco Mundial sobre remessas.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228243>

Em 2014, as remessas dos emigrantes para o Norte de África aumentaram apenas 0.8%, quando no período 2010-12 tinham atingido taxas de crescimento na ordem dos 20%. No Egito, após uma queda de 7% em 2013, as remessas voltaram a subir ligeiramente em 2014 (0.9%), em parte atraídas pela emissão de certificados de investimento para o planeado alargamento do Canal de Suez. Já as remessas para Marrocos diminuíram ligeiramente em 2014, devido às altas taxas de desemprego na Europa, onde residem 80% dos emigrantes marroquinos (Banco Mundial, 2014c). Na África subsariana, os fluxos de remessas cresceram 3%, devido a um aumento de 2% na Nigéria, embora os maiores aumentos em termos nominais tenham ocorrido no Botswana (+63%), nas Comores (+19%), na Serra Leoa (+16%) e no Quênia (+11%).



Relativamente aos grupos de rendimento, os países de rendimento médio-baixo recebem a maior parte das remessas – 80.7% em 2014 –, principalmente devido ao peso do Egito e da Nigéria, enquanto os países de rendimento baixo representam 9.9% e os países de rendimento médio-alto 9.4% (Figura 2.7). Apesar da menor proporção, as remessas são maiores do que os fluxos de investimento privado em muitos países de rendimento baixo, representando um sustento crucial para os mais pobres (Mohapatra e Ratha, 2011).

São necessários mais esforços para maximizar o impacto das remessas no desenvolvimento

De acordo com as previsões do Banco Mundial, as remessas oficiais deverão aumentar ainda mais em 2015, atingindo um montante de 64.5 mil milhões de USD. Destaca-se um aumento previsto de 4% em termos nominais para o Norte de África, bem como uma subida de 5% para a África subsariana.

Os fluxos de remessas da diáspora podem impulsionar o crescimento, mas é necessária maior transparência

Os países com grande número de emigrantes têm a oportunidade de aproveitar o potencial que as remessas representam, utilizando-as como catalisador para o desenvolvimento do setor financeiro e para estimular o investimento e o crescimento.

No âmbito do atual debate sobre o financiamento da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, os decisores políticos estão a criar incentivos para alavancarem as remessas e poupanças da diáspora de forma a aumentarem os recursos financeiros disponíveis, nomeadamente através da emissão de títulos da diáspora – os chamados *diaspora bonds* (Banco Mundial, 2014c). A diáspora africana que reside em países de rendimento alto poupa anualmente mais de 53 mil milhões de USD (Plaza e Ratha, 2011) e vários países africanos querem aproveitar este conjunto de fundos através da emissão de títulos para investimento dos migrantes nas suas terras natais. Os fundos angariados através das emissões de títulos da diáspora podem ser utilizados para financiamento de projetos de interesse para os emigrantes – tais como habitação, escolas, hospitais e infraestruturas – com benefícios concretos para as suas famílias e comunidades nos países de origem (Plaza e Ratha, 2011). No entanto, os *diaspora bonds* não são um conceito novo; o Quênia e a Etiópia, por exemplo, já emitiram títulos desta natureza, embora com pouco sucesso. Em parte, isto deve-se à falta de conhecimento das comunidades de emigrantes sobre este produto, bem como aos receios de utilização indevida dos fundos. A aposta na transparência e no envolvimento de membros da diáspora nas decisões de investimento pode ser um incentivo para os migrantes que querem dar o seu contributo nos países de origem.

Outra forma de angariar financiamentos para projetos de infraestruturas e de desenvolvimento poderá ser a canalização de remessas através do sistema bancário local, possibilitando assim que os bancos utilizem estes fundos como garantia para assegurar a receção de futuras remessas (OCDE, 2014a). De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento, o continente africano pode potencialmente mobilizar mais 17 mil milhões de USD por ano, utilizando os fluxos de remessas futuras como garantias (Shimeles, 2010).

Vários obstáculos impedem os países africanos de beneficiarem plenamente das remessas

No plano global, o custo médio do envio de remessas diminuiu de 8.9%, em 2013, para 7.9%, em 2014 (Banco Mundial, 2014c). No entanto, o envio de remessas para a África subsariana continua a aportar custos, situando-se em cerca de 12% do montante



enviado. Consequentemente, uma proporção considerável destes fluxos ocorre por vias informais. Para além disso, as remessas sul-sul não estão autorizadas ou são caras devido à falta de concorrência no mercado de remessas, a comissões de câmbio muito altas e ao controlo sobre a saída de capitais em muitos países em desenvolvimento (Ratha e Shaw, 2007; Banco Mundial, 2014c). Uma das tendências preocupantes é a imposição de taxas adicionais sobre os beneficiários por parte de bancos internacionais. De facto, alguns bancos estão a reduzir o seu envolvimento neste setor devido à aplicação de uma monitorização mais apertada, em resposta a preocupações sobre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (Banco Mundial, 2013a). Isto ocorre em países como a Somália e outros países africanos frágeis, fortemente dependentes das remessas dos emigrantes.

O G20 tem tomado medidas para reduzir os custos de transação e os obstáculos existentes nesta matéria, promovendo a cooperação entre os países que enviam e que recebem as remessas (ONU, 2014). O aumento da concorrência e a difusão de tecnologias móveis ou *online* podem, igualmente, contribuir de forma significativa para a redução das taxas aplicadas.

A ajuda pública ao desenvolvimento para os países de rendimentos baixos está a diminuir

Esta secção analisa as tendências da ajuda pública ao desenvolvimento em África, com base no Inquérito do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) sobre as Despesas Futuras dos Doadores (OCDE, 2014b). A ajuda externa ao continente africano deverá diminuir a partir de 2015. Para contrariar este declínio, a comunidade de desenvolvimento propõe várias opções para utilizar a ajuda ao desenvolvimento como catalisadora do investimento privado; por outro lado, contudo, a ajuda ao desenvolvimento na sua forma mais “nuclear” continuará a ser relevante, especialmente os donativos para países de rendimento baixo.

A ajuda dos países não-membros do CAD para África disparou em 2013

A ajuda externa aos países em desenvolvimento registou uma diminuição em 2012, particularmente devido aos cortes nos orçamentos da ajuda bilateral em países membros do CAD³, mas recuperou em 2013, com um crescimento real de 12.4%. Os doadores disponibilizaram uma APD líquida de 150 mil milhões de USD.

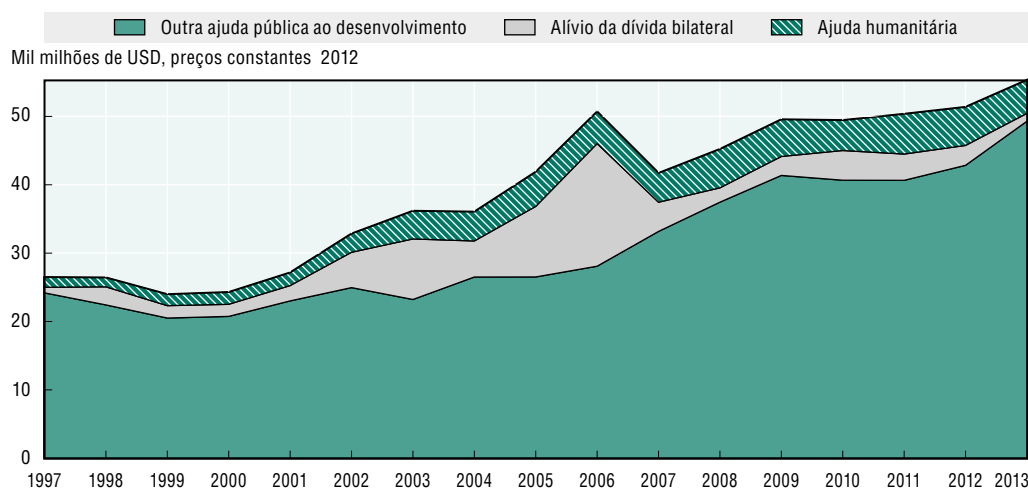
A ajuda bilateral dos países do CAD representa mais de 62% da APD total, tendo aumentado 5.9% em termos reais, entre 2012 e 2013, e atingindo um montante de 93.7 mil milhões de USD em 2013. Nesse ano, a APD líquida dos países CAD situou-se em 0.3% do rendimento nacional bruto (RNB)⁴, comparativamente com 0.29% em 2012 (OECD, 2014a). A ajuda multilateral atingiu 41.5 mil milhões de USD, o que representa um crescimento real de 3.9%. O apoio proveniente dos países não-membros do CAD registou o maior aumento, de aproximadamente 187% em termos reais, chegando aos 15 mil milhões de USD em 2013.

A ajuda dos países não-membros do CAD para África disparou em 2013

A ajuda pública ao desenvolvimento para África também aumentou em 2013, cerca de 7.7% em termos reais (Figura 2.8). Os desembolsos líquidos aumentaram de 51.3 mil milhões de USD, em 2012, para 55.8 mil milhões de USD, em 2013. A ajuda multilateral registou um ligeiro aumento de 3% em termos reais, atingindo 20.6 mil milhões de USD em 2013. No entanto, o aumento da ajuda em África reflete, principalmente, o crescimento dos desembolsos provenientes de doadores que não são membros CAD⁵.



Figura 2.8. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África (mil milhões USD), 1997-2013



Fonte: OCDE (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228255>

A APD líquida de doadores não-membros do CAD atingiu 5.8 mil milhões de USD em 2013, comparativamente com 1.1 mil milhões em 2012, o que representa um crescimento real de 413%. Este aumento resultou do apoio disponibilizado pelos Emirados Árabes Unidos ao Egito, que aumentou de 11 milhões de USD para 4.6 mil milhões de USD, neste período. Desta forma, os Emirados Árabes Unidos registaram o maior rácio APD/RNB, de 1.34%.

Embora os dados sobre fluxos concessionais provenientes de doadores não-CAD (e particularmente de países emergentes) estejam incompletos, as estimativas mostram um aumento substancial nos últimos anos (ONU, 2014). Por exemplo, os compromissos financeiros da China relativos a África aumentaram de 5 mil milhões de USD, em 2006, para um montante de 10 mil milhões, em 2009, e 20 mil milhões, em 2012. Em 2014, a China reforçou novamente esta linha de crédito em mais 10 mil milhões de USD (Sun, 2014), sendo a maioria deste apoio concessional canalizado para infraestruturas.

A ajuda dos países membros do CAD-OCDE para alguns dos países mais necessitados em África está em declínio

Pelo contrário, a ajuda dos países CAD para África caiu 4.2% em termos reais, entre 2012 e 2013, situando-se nos 29.4 mil milhões de USD. Os Estados Unidos, que são o maior doador individual no continente africano, reduziram a sua ajuda ao desenvolvimento na África subsariana para 8.6 mil milhões de USD, em 2013, o que representa um decréscimo real de 3.6%. A França também reduziu os desembolsos para a África subsariana em cerca de 33% (atingindo 2 mil milhões de USD em 2013), devido a menos operações de alívio da dívida externa. Esta redução da ajuda bilateral dos países CAD para África reflete um decréscimo dos donativos, os quais diminuíram 1.9% em termos reais.

Existe uma disparidade nos desembolsos regionais, sendo os países do Norte de África e da África Oriental mais beneficiados

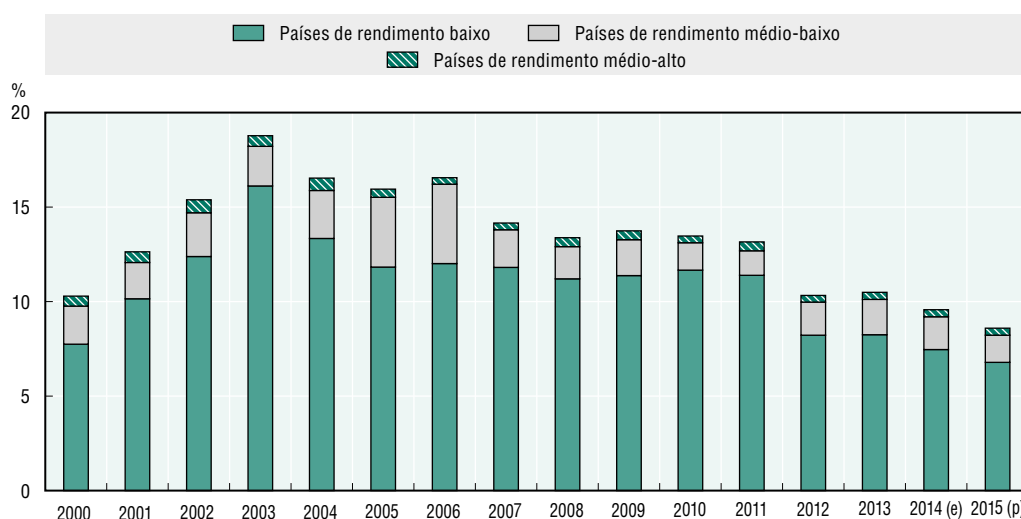
Grande parte do crescimento da APD em África deve-se aos fluxos para o Norte de África. O Egito foi o maior recetor – 5.5 mil milhões de USD, sendo mais de três quartos do mesmo destinados a projetos de infraestruturas. Entre os principais recetores



encontram-se a Etiópia (3.8 mil milhões de USD), a Tanzânia (3.4 mil milhões), o Quênia (3.2 mil milhões), a República Democrática do Congo (2.6 mil milhões) e a Nigéria (2.5 mil milhões). A ajuda a estes seis países correspondeu a 38% da APD total em África. Os países da África Oriental, em particular, registaram um aumento na ajuda ao desenvolvimento entre 2012 e 2013. No entanto, os desembolsos de APD para vários países de rendimento baixo diminuíram no mesmo período, principalmente na África Ocidental e Central.

A APD para os países africanos de rendimento baixo, em percentagem do PIB, diminuiu de 11.5% em 2010-11, para 8.2% em 2012-13 (Figura 2.9), tendência que deverá continuar nos próximos anos (OCDE, 2014b). Esta evolução é preocupante, já que muitos países africanos de rendimento baixo são fortemente dependentes da ajuda externa.

Figura 2.9. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, por grupo de rendimento (% PIB ponderado), 2000-15



Nota: As (e) estimativas e (p) projeções da APD são baseadas no aumento real da Ajuda Programável por País (APP) na OCDE (2014b).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados da OCDE (2015) e do FMI.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228264>

Em Dezembro de 2014, o CAD-ODCE assumiu o compromisso de reverter a tendência de declínio da APD para os países menos avançados (PMA) e alocar uma maior parcela da APD total aos países com maiores necessidades, nomeadamente os PMA, os países de rendimento baixo (PRB), os pequenos estados insulares em desenvolvimento, os países em desenvolvimento sem litoral e os estados frágeis. Decidiu, igualmente, rever a metodologia de medição dos empréstimos contabilizados como APD, de forma a refletir o atual contexto das taxas de juro e incentivar maiores financiamentos concessionais para os PMA e os PRB. Estas medidas pretendem incentivar a disponibilização de mais recursos concessionais para os países que mais deles necessitam, incluindo os países africanos de rendimento baixo, bem como apoiar a sua implementação no quadro de desenvolvimento pós-2015.

A ajuda ao desenvolvimento em África deverá diminuir a partir de 2015, refletindo a mudança de donativos para empréstimos bonificados

De acordo com o Inquérito CAD às Despesas Futuras dos Doadores 2014, verifica-se um redirecionamento gradual das prioridades regionais de afetação da ajuda, para os países asiáticos de rendimento médio, enquanto a ajuda para África regista atualmente uma estagnação e uma previsível diminuição a partir de 2015. Estima-se que em mais de dois terços dos países da África subsariana os níveis de ajuda ao desenvolvimento em 2017 sejam menores do que em 2014 (OCDE, 2014b).



As estimativas apontam para uma diminuição da Ajuda Programável por País em África

O inquérito estima as despesas futuras de ajuda ao desenvolvimento relativamente a todos os países membros do CAD, aos principais doadores não-membros do CAD e aos doadores multilaterais, para o período entre 2014 e 2017, com base nos montantes brutos de Ajuda Programável por País (APP) recebidos pelos países em desenvolvimento⁶.

Em 2013, a APP para África cresceu mais de 13%, uma taxa maior do que noutras regiões, o que permitiu ao continente manter a sua posição como o maior recetor de APP. No entanto, as estimativas relativas a 2014 demonstram que esta ajuda subiu apenas 1.1%, de 47.1 mil milhões de USD, em 2013, para 47.6 mil milhões de USD, em 2014. Os países do Norte de África, nomeadamente Marrocos e Tunísia, e alguns grandes recetores na África subsariana – Gana, Moçambique e Nigéria – representaram a maior parte desta subida. Em 2014, tal como em 2013, os principais recetores de APP foram a Etiópia, a Nigéria, o Quênia e a Tanzânia.

As projeções indicam que a APP no continente africano deverá decrescer 2.6% em 2015, atingindo um valor na ordem dos 46.4 mil milhões de USD. Prevê-se uma descida adicional de 3.0% em 2016 (valor de 45 mil milhões de USD) e de 0.3% em 2017 (montante de 44.8 mil milhões de USD). Em 2015, aproximadamente metade dos países africanos deverão receber menos APP. Em 2017, prevê-se que apenas três países no Norte de África – a Líbia, Marrocos e a Tunísia – e três na África subsariana – Côte d'Ivoire, o Sudão do Sul e a Zâmbia – tenham aumentos consideráveis na ajuda ao desenvolvimento, comparativamente a 2014. Em 35 países da África subsariana, o nível de APP será mais baixo em 2017 do que em 2014.

A descida da ajuda *per capita* será ainda maior se for tido em conta o aumento populacional em África. Assim, prevê-se que a APP *per capita* na África subsariana desça de 41.5 USD/per capita, nível máximo atingido em 2013, para 37 USD/per capita em 2017.

Os países de rendimento baixo serão os mais afetados pelo decréscimo da APP

A Ajuda Programável por País nos 27 países africanos de rendimento baixo, onde vivem cerca de 520 milhões de pessoas, deverá cair 4% em 2015, novamente 4% em 2016 e 1% em 2017. O peso dos países de rendimento baixo na APP total diminuirá, portanto, de 59.3% (2014) para 58.5% (2015) e depois para 58.0% (2017). Esta tendência reflete um acesso mais limitado a donativos, dos quais estes países são fortemente dependentes (OCDE, 2014b). Os países de rendimento médio-baixo e médio-alto, pelo contrário, verão o seu peso reforçado no total da APP: de 33.7% para 34.5%, no caso dos países de rendimento médio-baixo e de 7% para 7.5% no que respeita aos países de rendimento médio-alto. É provável que a maior parte do apoio a estes últimos seja disponibilizado através de empréstimos em condições preferenciais (OCDE, 2014b).

Como já foi salientado, esta tendência de queda da APP em países de rendimento baixo é especialmente preocupante, na medida em que os fundos da ajuda ao desenvolvimento ainda representam uma grande parte dos fluxos financeiros externos nestes países (53% em 2013-14). Embora alguns destes países estejam a desenvolver esforços significativos para melhorar a mobilização de recursos internos e atrair outros fundos privados, estes continuam a ser insuficientes para colmatar as suas grandes necessidades de financiamento.

Os empréstimos mistos contribuirão para o financiamento da Agenda de Desenvolvimento, mas a ajuda nuclear ao desenvolvimento continua a ser importante

No âmbito da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, a comunidade de desenvolvimento propõe um novo quadro de financiamento, agregando recursos internos e recursos internacionais, públicos, privados e mistos. O financiamento misto (*blended*) engloba as tradicionais parcerias público-privadas, bem como instrumentos



das instituições financeiras de desenvolvimento, para alavancar o investimento privado (empréstimos mistos, participações de capital, garantias). A União Europeia, por exemplo, entre 2007 e 2014, combinou 2 mil milhões de euros de donativos com empréstimos e investimentos de capital provenientes de instituições financeiras públicas e privadas, gerando investimentos num valor estimado de 40 mil milhões de euros (OCDE, 2014a). Estes mecanismos de partilha de risco são adequados para financiar projetos de infraestruturas, os quais envolvem muito tempo, dinheiro e risco, podendo ser dissuasores do investimento privado. Para além disso, os empréstimos mistos permitem baixar os custos para os mutuários e têm a vantagem de melhorar o acesso ao financiamento para as empresas locais.

Embora estas abordagens sejam promissoras, a ajuda ao desenvolvimento mais “tradicional” – e principalmente os donativos em países de rendimento baixo – continuará a ser uma fonte importante de financiamento. São necessários mais esforços para melhorar a qualidade da ajuda externa, nomeadamente a sua previsibilidade e alinhamento com as necessidades específicas dos países recetores (OCDE, 2014b). A rapidez e previsibilidade da alocação da ajuda é um dos pilares do “New Deal para o Envolvimento em Estados Frágeis”, aprovado em 2011 pelo grupo G7+, os países frágeis e/ou afetados por conflitos e as organizações internacionais. No âmbito deste “New Deal”, os parceiros de desenvolvimento comprometem-se a melhorar a transparência da ajuda ao desenvolvimento, a implementarem medidas de gestão do risco, a reforçarem as capacidades nacionais e a prontidão da ajuda, aumentando a rapidez e previsibilidade dos financiamentos, com vista à obtenção de melhores resultados.

Apesar dos esforços desenvolvidos, as receitas fiscais continuam a estar aquém das necessidades

Esta secção analisa o desempenho das receitas fiscais em África no período entre 2003 e 2013. Tem por base os últimos dados disponíveis do Banco Africano de Desenvolvimento, recolhidos nas missões anuais aos países realizadas para as *Perspetivas económicas em África*. Apesar das melhorias na mobilização interna de recursos financeiros ao longo da última década, os países africanos enfrentam grandes desafios para aumentar a coleta e melhorar os sistemas tributários. Um dos principais obstáculos são os fluxos financeiros ilícitos provenientes de África, que ultrapassam os fluxos de investimento e ajuda ao desenvolvimento.

A fiscalidade é cada vez mais importante para África

O reforço da mobilização interna de recursos é crucial para aumentar os níveis de produtividade e para tornar o crescimento mais inclusivo no âmbito da agenda africana de integração e transformação do continente (BAD et al., 2010). Os investimentos públicos em infraestruturas físicas e sociais necessitam de mais recursos financeiros – normalmente não cobertos ou subfinanciados pelos mercados – pelo que as reformas fiscais são uma componente essencial do sucesso das reformas de governação (Prichard, 2010). A mobilização interna de recursos reforça a apropriação nacional das políticas públicas e permite caminhar em direção à autonomia financeira (ONU, 2014). Por este motivo, na Posição Africana Comum sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, aprovada em 2014, os líderes da União Africana reafirmaram as principais mensagens do Consenso de Monterrey (2002) e da Declaração de Doha (2008), tendo declarado que as políticas para aumentar a quantidade e a qualidade dos financiamentos provenientes de fontes internas devem continuar a ser uma prioridade fundamental para os governos africanos (União Africana, 2014).



As receitas fiscais estão a aumentar, mas continuam vulneráveis a alterações nos preços da energia

Em África, os fundos públicos provenientes de fontes internas mais do que triplicaram no espaço de uma década, aumentando de 157 mil milhões de USD, em 2003, para 507 mil milhões de USD, em 2013. Entre 2012 e 2013, as receitas fiscais totais registaram uma ligeira descida, de aproximadamente 1.5%, principalmente devido a menores rendimentos dos recursos naturais.

As receitas dos recursos naturais representam a maioria das receitas fiscais, mas são altamente voláteis

Os rendimentos provenientes dos recursos naturais são o principal contribuinte para as receitas fiscais em África, tendo atingido 215 mil milhões de USD em 2013. O seu peso médio nas receitas fiscais totais aumentou de 39%, no período 2000-03, para 43%, em 2010-13. No entanto, estas receitas têm uma natureza volátil, uma vez que dependem das flutuações nos preços internacionais das matérias-primas (Figura 2.10). Com efeito, os rendimentos obtidos com os recursos naturais registaram um aumento entre 2002 e 2008 e contraíram-se durante recessão global de 2008-09, refletindo assim a subida e descida desses preços. Após um valor máximo de 235 mil milhões de USD, registado em 2012, estes rendimentos decresceram 8% em 2013, em resultado de uma queda generalizada dos preços da energia, dos metais e minerais. O declínio continuado dos preços das matérias-primas – ilustrado no Capítulo 1 – e, em particular, a queda dos preços petrolíferos não traz boas perspetivas para a cobrança destas receitas em 2014 e 2015.

Em 2013, seis países representaram 70% dos impostos cobrados no continente africano: África do Sul (86.5 mil milhões de USD), Nigéria (77.8 mil milhões), Argélia (71.8 mil milhões), Angola (48.7 mil milhões), Líbia (42.8 mil milhões) e Egito (38.9 mil milhões).

A estrutura fiscal é mais equilibrada nos países pobres em recursos naturais

A estrutura fiscal – a composição relativa das receitas fiscais de um país – difere largamente entre os países africanos ricos e pobres em recursos naturais (Figura 2.10). Em 2013, por exemplo, na Argélia, em Angola, no Congo, na Guiné Equatorial e na Líbia as receitas provenientes dos recursos naturais representaram mais de 80% da cobrança total de impostos e mais de 20% do PIB. Ao longo da última década, estes países fizeram poucos progressos na implementação de uma estrutura fiscal mais equilibrada, continuando a ser altamente vulneráveis às alterações dos preços das matérias-primas.

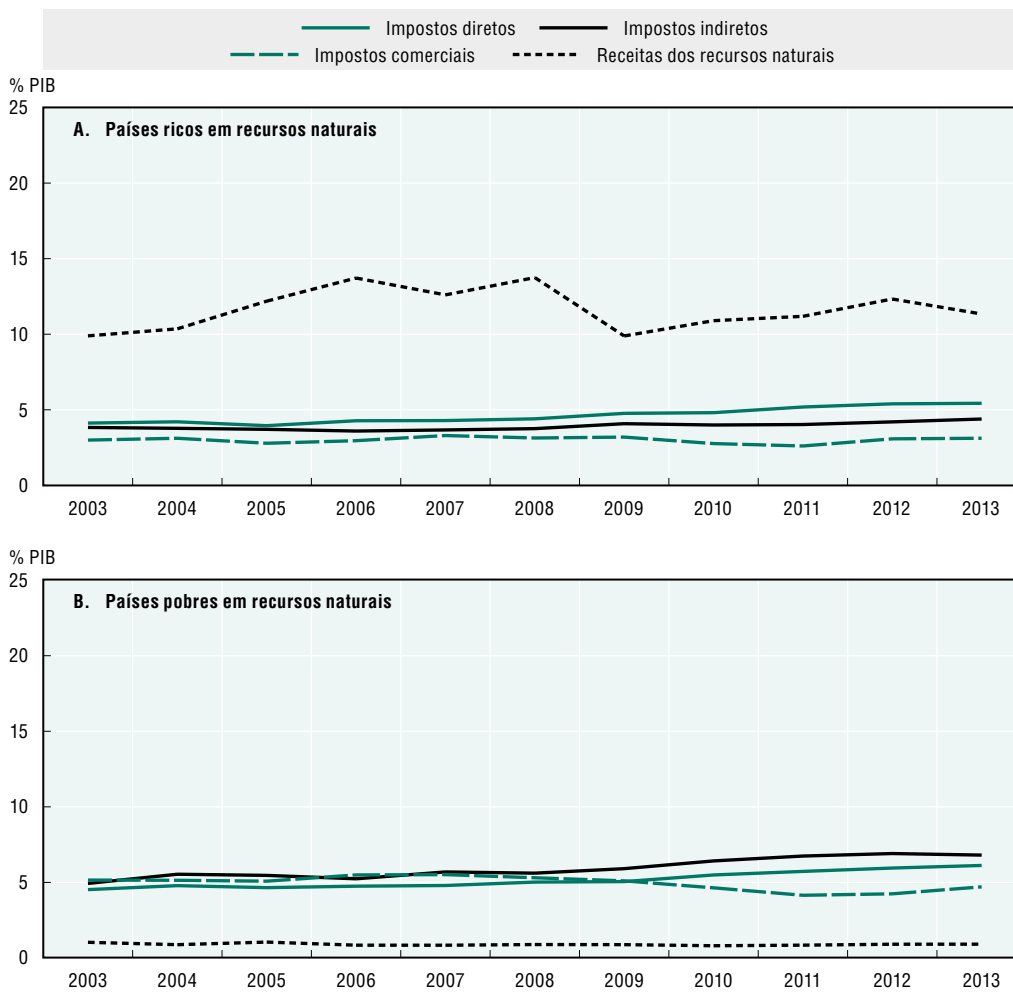
Os países pobres em recursos naturais, pelo contrário, têm progredido no alargamento da sua base fiscal, aumentando a coleta fiscal através de impostos diretos e indiretos. A Etiópia e o Quênia possuem um pacote equilibrado de impostos diretos, indiretos e comerciais, o que os ajuda a manter um fluxo de recursos mais estável e previsível para o financiamento dos bens públicos.

A mobilização de recursos internos é prejudicada por vários constrangimentos

Apesar das melhorias significativas em termos de cobrança de impostos na última década, os resultados ainda ficam aquém das necessidades na maior parte das economias africanas. Para além do défice de financiamento em matéria de infraestruturas continuar a ser muito elevado, têm surgido novos desafios, como a mitigação e adaptação às alterações climáticas. Para além disso, os sistemas tributários ainda não conseguem ter um papel significativo no combate aos grandes níveis de desigualdade, devido a fracos efeitos redistributivos.



Figura 2.10. Estrutura fiscal em África: países ricos em recursos versus países pobres em recursos, 2003-13



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados das *Perspetivas económicas em África*.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228272>

O combate à evasão fiscal é afetado pela falta de capacidade de monitorização

Vários fatores combinados – a dimensão do setor informal, baixos níveis de cobrança de impostos, altas taxas de evasão fiscal (pouca consciencialização social para o cumprimento das obrigações fiscais – “tax morale”) e administrações fiscais ineficientes – tornam a prossecução de uma reforma fiscal para um desenvolvimento inclusivo num grande desafio. Para além disso, muitos países ricos em recursos naturais não têm capacidade para negociação de contratos que poderiam trazer maior transparência e aumentar as receitas públicas do setor extrativo (OCDE, 2014a).

A fixação abusiva de preços de transferência – a movimentação artificial dos lucros tributáveis de jurisdições com impostos mais altos para jurisdições com impostos mais baixos – ocorre em grande escala em África, mas apenas três países africanos possuem unidades sobre esta matéria nas suas autoridades tributárias (UA/UNECA, 2015). A falta de capacidade de monitorização deixa os países africanos extremamente vulneráveis a estas práticas de evasão fiscal. A OCDE e o G20 estão a trabalhar em conjunto na



contenção de estratégias denominadas de “erosão da base tributável e transferência de lucros” (BEPS, na sigla inglesa), as quais aproveitam lacunas e divergências nas regras fiscais para desviar os lucros (Caixa 2.3).

Caixa 2.3. Os países africanos podem aproveitar os processos globais sobre questões tributárias internacionais

O G20 definiu a “erosão da base tributável e transferência de lucros” (BEPS, na sigla inglesa) como um risco sério para as receitas fiscais, para a soberania fiscal e para sistemas tributários justos, afetando tanto países desenvolvidos como países em desenvolvimento. Estas questões derivam de insuficiências nas regulamentações e normas tributárias internacionais, as quais permitem às empresas multinacionais transferirem os lucros entre países para beneficiarem de impostos mais baixos.

Para os países de rendimento baixo, altamente dependentes das receitas fiscais das empresas multinacionais, a transferência de lucros tem um efeito particularmente relevante nas receitas tributárias. Para além disso, se existe a perceção de que os contribuintes mais ricos e importantes evitam cumprir as suas obrigações fiscais, a confiança na eficácia do sistema fica comprometida.

As economias da OCDE e do G20 estão a trabalhar em conjunto para combaterem as questões BEPS e conferir solidez às soberanias em matéria fiscal e empresarial. Em 2013, OCDE aprovou um Plano de Ação com 15 pontos para fornecer aos governos os necessários instrumentos internos e internacionais para o combate à transferência de lucros (OCDE, 2013). O envolvimento dos países em desenvolvimento neste projeto OCDE/G20 é fundamental para os apoiar de forma adequada na resposta aos desafios específicos que enfrentam nesta matéria.

No primeiro ano do projeto BEPS da OCDE/G20, mais de 80 países em desenvolvimento e outras economias que não são membros da OCDE ou do G20 participaram em quatro consultas regionais e quatro fóruns temáticos mundiais, num processo que permitiu identificar as questões mais relevantes nesta matéria e que representam problemas específicos nos países em desenvolvimento. Uma das áreas prioritárias deverá ser o combate à erosão da base tributária, prevenindo a evasão fiscal com recurso a incentivos, como a dedução de juros e outros pagamentos, e reforçando a fiscalização de situações de fuga ao estatuto de residente permanente, de transferência de preços (particularmente pagamentos que afetem a base tributária), o controlo documental e o cruzamento de informação com os países terceiros. O apoio político e a capacitação para abordar as questões BEPS foram identificados como dois desafios transversais nos países em desenvolvimento.

A falta de dados comparáveis sobre preços de transferência e a inutilidade dos incentivos fiscais foram identificadas, igualmente, como motivos de preocupação para os países em desenvolvimento (OCDE, 2014). Estas questões são objeto de análise por outros grupos, nomeadamente no âmbito do G20 e do trabalho em curso na Task Force da OCDE sobre Fiscalidade e Desenvolvimento.

O enquadramento da participação dos países em desenvolvimento na definição de soluções para combater as questões BEPS foi melhorado, no sentido de facilitar a participação direta destas economias no projeto. Desde 2013, 13 países em desenvolvimento – como Marrocos, Nigéria, Senegal e Tunísia – têm participado no Comité de Assuntos Fiscais e nos Grupos de Trabalho relevantes nesta matéria, bem como no Fórum Africano para a Administração Fiscal (ATAF, na sigla inglesa). O projeto BEPS organiza reuniões da rede em cinco regiões (nomeadamente África), para promover o envolvimento de um grupo mais alargado de países em desenvolvimento, particularmente países de rendimento baixo que podem não ter capacidade para participar diretamente no projeto. As reuniões são realizadas em parceria com o ATAF e o Centro de Reuniões e Estudos dos Dirigentes das Administrações Fiscais (CREDAF), no caso dos países francófonos.

Fonte: OCDE (2013, 2014e).



A melhoria da acessibilidade dos dados e a partilha de boas práticas entre os países são fundamentais para aperfeiçoar as políticas fiscais, apresentando-se na Caixa 2.4 alguns esforços relevantes nesta matéria.

Caixa 2.4. Assegurar a comparabilidade das estatísticas de receitas fiscais em África

Embora o consenso sobre a necessidade de aumentar a mobilização de recursos internos seja um elemento fundamental da Agenda 2063, adotada pela União Africana em Janeiro de 2015, a falta de uma base sólida de informações sobre as receitas públicas dificulta a elaboração de políticas e a prossecução de reformas.

Neste sentido, uma parceria alargada de organizações internacionais* criou o projeto sobre Estatísticas das Receitas em África, para melhorar a comparabilidade, consistência, qualidade e acessibilidade dos dados e indicadores sobre as receitas públicas. Estes podem, assim, ser utilizados para analisar as políticas fiscais e de despesa, bem como a sua incidência em termos de eficiência económica, tendo em vista contribuir para alimentar as redes de diálogo, partilhar boas práticas e definir recomendações sobre a reforma da política fiscal.

Os funcionários das administrações fiscais da África do Sul, Camarões, Senegal e Tunísia reuniram-se com as organizações parceiras para lançar o projeto, em novembro de 2014, sob a égide da Comissão da União Africana; a estes juntaram-se depois, em fevereiro de 2015, os homólogos de Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Marrocos, Maurícias e Ruanda. A primeira edição das Estatísticas das Receitas em África deverá ser lançada no início de 2016, englobando estes nove países participantes. O objetivo é incluir gradualmente outros países africanos que queiram participar na iniciativa nas próximas edições anuais. A publicação destas estatísticas vai permitir a comparação entre países africanos, bem como entre estes e outros países da Ásia, América Latina e da OCDE.

Nota: *Banco Africano de Desenvolvimento, Fórum Africano para a Administração Fiscal (ATAF), Comissão da União Africana, Centro de Reuniões e Estudos dos Dirigentes das Administrações Fiscais (CREDAF), Centro da OCDE para a Administração e Política Fiscal, Centro de Desenvolvimento da OCDE e Organização Mundial das Alfândegas. Para mais informações, ver www.oecd.org/dev/emea/harmonisingafricanrevenuestatistics.htm

Os fluxos financeiros ilícitos provenientes de África são maiores do que a APD e o IDE

Os fluxos financeiros ilícitos (FFI) prejudicam gravemente os esforços para a mobilização de recursos internos. Embora existam várias definições, os FFI envolvem geralmente fundos que são ganhos, utilizados ou transferidos de um país de forma ilegal, em violação das leis nacionais ou internacionais (UA/UNECA, 2015; OCDE, 2014c). Estes fluxos recorrem a práticas como a evasão fiscal (incluindo a adulteração de faturas comerciais e a fixação abusiva de preços), lavagem de dinheiro, subornos por parte de empresas internacionais e abusos de poder por parte de funcionários públicos.

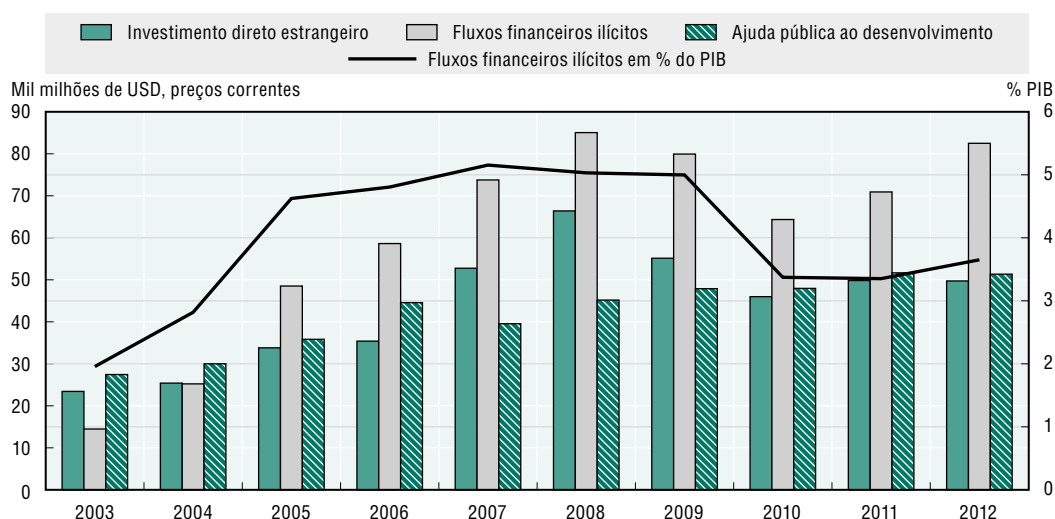
O impacto dos FFI nos países africanos é crescente e muito negativo

Embora estas práticas nocivas ocorram em todos os locais do mundo, o seu impacto económico e social é particularmente negativo nos países africanos, dada a pequena dimensão dos seus mercados e da sua base de recursos (OCDE, 2014c). Os fluxos financeiros ilícitos retiram recursos financeiros que poderiam ser investidos no financiamento de serviços públicos e sociais básicos, tão necessários nestes contextos. Para além disso, contribuem para enfraquecer os sistemas financeiros e debilitam as estruturas estatais em África (OCDE, 2014c). Ndikumana e Boyce (2012) estimam que o stock de capital em África poderia ter aumentado mais de 60% e o PIB *per capita* 15%, se os fundos retirados de forma ilícita do continente aí tivessem permanecido.



Os dados recentes demonstram que os FFI são um problema grande e crescente no continente africano (Figura 2.11), estimando-se que África tenha perdido uma média anual de 60.3 mil milhões USD nestes fluxos – aproximadamente 4% do PIB – entre 2003 e 2012 (Kar e Spanjers, 2014). Estas saídas de recursos financeiros ultrapassam o volume de investimento (IDE) e de ajuda ao desenvolvimento (APD), que no mesmo período registaram uma média anual de 43.8 mil milhões USD e 42.1 mil milhões USD, respetivamente. Em 2012, os fluxos financeiros ilícitos de África são estimados em cerca de 68.6 mil milhões de USD, um valor um pouco inferior à soma da APD (41.1 mil milhões) e do IDE (35.4 mil milhões). No entanto, os IFF são transações clandestinas, portanto as estimativas variam muito e podem estar muito aquém da real dimensão destes fluxos.

Figura 2.11. Fluxos financeiros ilícitos provenientes de África, em comparação com a ajuda pública ao desenvolvimento e o investimento direto estrangeiro, 2003-12



Nota: Os FFI são calculados através da metodologia desenvolvida por Kar e Spanjers (2014), que baseia a medição em duas fontes: (i) saídas de capital devido a adulteração deliberada de faturação comercial e (ii) saídas de capital devido a fugas na balança de pagamentos, ou seja, fluxos especulativos também conhecidos por “hot money narrow – HMN”. A grande maioria de fluxos financeiros ilícitos mensuráveis provenientes de África – numa média de 67.4% entre 2003 e 2012 – resultam de adulteração da faturação comercial.

Fontes: Cálculos dos autores, com base em Kar e Spanjers (2014), OCDE (2015), dados do FMI e das *Perspetivas económicas em África*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228286>

A questão dos FFI ganha relevância nas agendas internacionais

A OCDE, o G8 e o G20, o Parlamento Europeu e o Fórum Africano para a Administração Fiscal aprovaram iniciativas de combate a este fenómeno. Em 2015, o Painel de Alto-Nível UA/UNECA sobre Fluxos Financeiros Ilícitos de África, cujo objetivo é assegurar a coerência entre várias iniciativas e reforçar as capacidades africanas para lidarem com este problema, recomendou a adoção de um instrumento unificado para combater os FFI no âmbito da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

De acordo com o relatório final do Painel de Alto Nível UA/UNECA (2015), as grandes empresas de comércio são responsáveis pela grande maioria dos FFI (65%), seguidas do crime organizado (30%) e de práticas de corrupção (5%). O método mais conhecido para transferência ilegal de fundos entre países é a adulteração de faturas, ou seja, a sobrefaturação ou subfaturação deliberada das transações comerciais. Esta prática representou 67.4% das saídas ilegais de capital do continente africano, entre 2003 e 2012 (Kar e Spanjers, 2014).



São precisos esforços conjuntos e maior transparência para responder aos FFI

O Painel de Alto Nível UA/UNECA recomenda que os governos africanos e a comunidade internacional conjuguem esforços para reduzir o fenómeno de adulteração de faturas, dado os efeitos perniciosos que estas práticas têm na capacidade dos países africanos mobilizarem recursos internos. Uma das possibilidades consiste em fornecer os dados mais recentes e comparáveis no âmbito da fixação global de preços às autoridades alfandegárias, o que lhes permitiria detetar rapidamente e bloquear as transações com base em faturas falsas (AU/UNECA, 2015).

Fundamentalmente, a luta contra os FFI exige maior transparência. Um dos principais contributos nesta matéria é a Iniciativa Africana lançada pelo Fórum Global para a Transparência e Troca de Informações Tributárias (Caixa 2.5). Para que os países africanos possam beneficiar ao máximo desta e de outras iniciativas globais, é necessário que reforcem as capacidades das autoridades tributárias, as unidades de preços de transferência, os serviços aduaneiros e as agências anticorrupção, dotando-as também com os recursos financeiros adequados.

Caixa 2.5. A Iniciativa Africana do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias

O Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias é o maior grupo sobre fiscalidade no mundo, contando com 126 membros. É responsável por monitorizar a implementação dos padrões de transparência e partilha de informação internacionalmente acordados em matéria fiscal. Os países africanos membros são: África do Sul, Botswana, Burkina Faso, Camarões, Côte d'Ivoire, Gabão, Gana, Lesoto, Libéria, Marrocos, Maurícias, Mauritânia, Níger, Nigéria, Quénia, Senegal, Seychelles, Tanzânia, Tunísia e Uganda. Todos os membros participam em igualdade de circunstâncias e comprometem-se a aderir à norma internacional sobre "Intercâmbio de Informações a Pedido".

A Iniciativa Africana propõe abordagens para combater o problema dos fluxos ilícitos provenientes de África, nomeadamente o reforço da luta contra a evasão fiscal e a promoção da mobilização interna de receitas, através de uma melhor transparência e intercâmbio de informações no continente africano. Especificamente, propõe:

- dar um impulso político para África utilizar de forma eficaz a infraestrutura existente em termos de troca de informação
- disponibilizar às administrações fiscais africanas as ferramentas necessárias para solicitar, tratar e utilizar a informação
- aumentar o número de países africanos no Fórum Global
- reforçar a capacidade de troca de informação ao nível das organizações regionais africanas como o Fórum Africano para a Administração Fiscal (ATAF, na sigla inglesa)
- criar um legado sustentável de transparência e intercâmbio de informação em África.

A Iniciativa é dirigida por uma *task-force* constituída por membros africanos do Fórum Global e de organizações regionais e internacionais, incluindo o ATAF, o Centro de Reuniões e Estudos dos Dirigentes das Administrações Fiscais (CREDAF) e o Banco Mundial.

Fonte: OCDE (2014d).



Notas

1. A OCDE define o IDE como “um tipo de investimento transnacional efetuado por um residente numa economia (“investidor direto”) com o fim de se estabelecer de forma durável numa empresa (“empresa de investimento direto”) cuja residência oficial se localiza num país que não o de origem do investidor direto [...]. É esta vontade de influenciar ou controlar de forma significativa a gestão de uma empresa que distingue o investimento direto do investimento de carteira [...]. Os investidores de carteira não procuram em caso algum o estabelecimento de uma relação duradoura. É única e exclusivamente a rentabilidade dos ativos que determina a decisão de comprar ou vender valores mobiliários” (OCDE, 2008).
2. Os países ricos em recursos são: África do Sul, Angola, Argélia, Botswana, Camarões, Chade, Congo, Côte d’Ivoire, Egito, Gabão, Gana, Guiné, Guiné-Equatorial, Libéria, Líbia, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, RDC, Serra Leoa, Sudão, Sudão do Sul e Zâmbia (de acordo com a definição do FMI).
3. Os membros do CAD são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Instituições da União Europeia, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Polónia, Portugal, República Checa, República Eslovaca, Suécia, Suíça e Reino Unido.
4. A Dinamarca, o Luxemburgo, a Noruega e a Suécia continuam a ultrapassar a meta de 0.7% APD/RNB e o Reino Unido atingiu este objetivo pela primeira vez. A ajuda da Holanda situou-se abaixo dos 0.7%, algo que não acontecia desde 1974.
5. Os desembolsos de APD de países não-membros do CAD englobam dados dos seguintes países: Arábia Saudita, Chipre, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Estónia, Federação Russa, Hungria, Israel, Kuwait (KFAED), Letónia, Lituânia, Malta, Roménia, Tailândia e Turquia.
6. A Ajuda Programável por País (APP), também conhecida como o “núcleo” da ajuda, é uma subcategoria da ajuda ao desenvolvimento bilateral bruta que mede as transferências reais para os países parceiros. A APP representa a proporção de ajuda que depende das decisões de alocação geográfica por parte do doador. A APP é comprovadamente um bom indicador da ajuda registada ao nível nacional. Para mais informações sobre a APP, consultar www.oecd.org/dac/cpa.



Bibliografia

- BAD (2011), “The middle of the pyramid: Dynamics of the middle class in Africa”, *Market Brief*, Banco Africano de Desenvolvimento, Tunes, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/The%20Middle%20of%20the%20Pyramid_The%20Middle%20of%20the%20Pyramid.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- BAD/OCDE/UNECA (2010), *Perspetivas económicas em África 2010: Mobilização de Recursos Públicos e Ajuda ao Desenvolvimento*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264086982-pt>.
- Banco Mundial (2014a), *Africa's Pulse*, Vol. 10, Banco Mundial, Washington, DC, www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2014/10/23/000470435_20141023112521/Rendered/PDF/912070REVISED00ct20140vol100v120web.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- Banco Mundial (2014b), *The Economic Impact of the 2014 Ebola Epidemic: Short and Medium Term Estimates for West Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/2014/10/20270083/economic-impact-2014-ebola-epidemic-short-medium-term-estimates-west-africa> (consultado a 17 de março de 2015).
- Banco Mundial (2014c), *Migration and Development Brief*, No. 22, Banco Mundial, Washington, DC, siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1288990760745/MigrationandDevelopmentBrief22.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- Banco Mundial (2013a), *Migration and Development Brief*, No. 21, Banco Mundial, Washington, DC, siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1288990760745/MigrationandDevelopmentBrief21.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- CNUCED (2014), *World Investment Report 2014: Investing in the SDGs: an Action Plan*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Nova Iorque e Genebra.
- Ernst & Young (2014), *EY's Attractiveness Survey: Africa 2014: Executing Growth*, Ernst & Young, Londres, [www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-attractiveness-africa-2014/\\$FILE/EY-attractiveness-africa-2014.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-attractiveness-africa-2014/$FILE/EY-attractiveness-africa-2014.pdf) (consultado a 17 de março de 2015).
- Fast Company (2014), “The top 10 most innovative companies in Africa” (artigo online), www.fastcompany.com/3026686/most-innovative-companies-2014/the-top-10-most-innovative-companies-in-africa (consultado a 17 de março de 2015).
- fDi Markets (2014), fDi Markets (website), www.fdimarkets.com (consultado a 17 de março de 2015).
- FMI (2014a), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa 2014*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2014/afr/eng/sreo0414.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- FMI (2014b), *World Economic Outlook: Legacies, Clouds, Uncertainties*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/pdf/text.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- Forbes (2012), “The ten most innovative companies in Africa” (artigo online), www.forbes.com/sites/mfonobongnsehe/2012/09/07/the-ten-most-innovative-companies-in-africa/ (consultado a 17 de março de 2015).
- HIVOS (s.d.), “Sustainable and Secure Smallholder Systems @ scale” (artigo online), <https://east-africa.hivos.org/activity/sustainable-and-secure-smallholder-systems-scale> (consultado a 15 de janeiro de 2015).
- Kar, D. e J. Spanjers (2014), *Illicit Financial Flows from Developing Countries: 2003-2012*, Global Financial Integrity (GFI), Washington, DC, www.gfintegrity.org/wp-content/uploads/2014/12/Illicit-Financial-Flows-from-Developing-Countries-2003-2012.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- Mohapatra S. e D. Ratha (2011), *Remittance Markets in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, siteresources.worldbank.org/EXTDECPROSPECTS/Resources/476882-1157133580628/RMA-FullReport.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- Ncube, M. e Z. Brixiova (2013), “Remittances and their macroeconomic impact”, *World Economics*, Vol. 14/4, pp. 1-20, <http://ideas.repec.org/a/wej/wldecn/569.html> (consultado a 17 de março de 2015).
- Ndikumana, L. e J.K. Boyce (2012), “Capital flight from sub-Saharan African countries”, *PERI Research Report*, Amherst, MA, University of Massachusetts Amherst, Political Economy Research Institute http://ayyaantuu.com/wp-content/uploads/2012/10/SSAfrica_capitalflight_Oct23_2012.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- OCDE (2015), *Estatísticas da Ajuda ao Desenvolvimento CRS*, <http://stats.oecd.org/> (consultado a 15 de janeiro de 2015).



- OCDE (2014a), *Relatório sobre Cooperação para o Desenvolvimento 2014: Mobilização de Recursos para um Desenvolvimento Sustentável*, Publicações OCDE, Paris, www.oecd-ilibrary.org/deliver/4314031e.pdf?itemId=/content/book/dcr-2014-en&mimeType=application/pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- OCDE (2014b), *Global Outlook on Aid: Results of the 2014 DAC Survey on Donors' Forward Spending Plans and Prospects for Improving Aid Predictability*, documento não-classificado DCD/DAC(2014)53, OCDE, Paris [www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DCD/DAC\(2014\)53&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DCD/DAC(2014)53&docLanguage=En) (consultado a 17 de março de 2015).
- OCDE (2014c), *Illicit Financial Flows from Developing Countries: Measuring OECD Responses*, Publicações OCDE, Paris, [www.oecd.org/corruption/Illicit Financial Flows from Developing Countries.pdf](http://www.oecd.org/corruption/Illicit_Financial_Flows_from_Developing_Countries.pdf) (consultado a 17 de março de 2015).
- OCDE (2014d), *Tax Transparency 2014: Report on Progress*, relatório anual do Fórum Global, www.oecd.org/tax/transparency/GFannualreport2014.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- OCDE (2014e), *Part 1 of a Report to G20 Development Working Group on the Impact of BEPS in Low-income Countries*, OCDE, Paris, www.oecd.org/tax/tax-global/part-1-of-report-to-g20-dwg-on-the-impact-of-beps-in-low-income-countries.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- OCDE (2013), *Action Plan on Base Erosion and Profit Shifting*, Publicações OCDE, Paris, www.dx.doi.org/10.1787/9789264202719-en (consultado a 17 de março de 2015).
- OCDE (2008), *OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment*, 4ª Edição, Publicações OCDE, Paris, www.oecd.org/daf/inv/investmentstatisticsandanalysis/40193734.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- ODI (2015), *Sub-Saharan Africa International Sovereign Bonds*, Overseas Development Institute, Londres.
- ODI (2014), "Sovereign bonds in sub-Saharan Africa: Good for growth or ahead of time?" Briefing, No. 87, Overseas Development Institute, Londres, www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/8883.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- ONU (2014), *Report of the Intergovernmental Committee of Experts on Sustainable Development Financing*, Organização das Nações Unidas, Nova Iorque, www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2014/10/ICESDF.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- Oxford Economics (2013), *Bright Continent: The Future of Africa's Opportunity Cities*, Oxford, Oxford Economics.
- Plaza, D. e D. Ratha (2011), *Diaspora for Development in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, siteresources.worldbank.org/EXTDECPROSPECTS/Resources/476882-1157133580628/DfD-FullReport.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- Prichard, W. (2010), "Taxation and state building: Towards a governance focused tax reform agenda", *IDS Working Papers*, No. 341, Institute of Development Studies, Brighton, www.ids.ac.uk/files/dmfile/Wp341.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- Ratha, D. e W. Shaw (2007), "South-South migration and remittances", *World Bank Working Papers*, No. 102, Banco Mundial, Washington, DC, <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/SouthSouthMigrationandRemittances.pdf> (consultado a 17 de março de 2015).
- Shimeles, A. (2010), "Diaspora bonds and securitization of remittances for Africa's development", *Africa Economic Brief*, Vol. 1/7, Banco Africano de Desenvolvimento, Tunes, [www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/AEB%20dec%202010%20\(avril%202011\)-AEB%20dec%202010%20\(avril%202011\).pdf](http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/AEB%20dec%202010%20(avril%202011)-AEB%20dec%202010%20(avril%202011).pdf) (consultado a 17 de março de 2015).
- Standard Bank Group (2014), "Africa on course for growing debt issuance as global search for field continues" (artigo online), www.stanbicbank.co.zm/Zambia/Africa-on-course-for-growing-debt-issuance-as-global-search-for-field-continues (consultado a 17 de janeiro de 2015).
- Sun, Y. (2014), "The Sixth Forum on China-Africa Cooperation: New agenda and new approach?", *Foresight Africa: Top Priorities for the Continent in 2015*, Washington, DC, Brookings Institution, pp. 10-13, www.brookings.edu/~media/Research/Files/Reports/2015/01/foresight%20africa/china%20africa%20cooperation%20sun.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- Sy, A. (2015), "2015: A crucial year for financing development in Africa", *Foresight Africa: Top Priorities for the Continent in 2015*, Washington, DC, Brookings Institution, pp. 22-26, www.brookings.edu/~media/Research/Files/Reports/2015/01/foresight%20africa/financing%20african%20development%20sy.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- UA e UNECA (2015), *Illicit Financial Flows: Report of the High Level Panel on Illicit Financial Flows from Africa*, UNECA, Adis Abeba, www.uneca.org/sites/default/files/publications/iff_main_report_english.pdf (consultado a 17 de março de 2015).



- União Africana (2014), *Common Africa Position on the Post-2015 Development Agenda*, União Africana, Adis Abeba, www.nepad.org/sites/default/files/Common%20African%20Position-%20ENG%20final.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- Wageningen UR (2014), *Towards Sustainable Cocoa: Assessment of Cargill and Solidaridad Cocoa Farmer Support Activities in Côte d'Ivoire 2008-2012*, LEI, Wageningen UR, Haia, www.researchgate.net/publication/265736716_Towards_Sustainable_Cocoa_Assessment_of_Cargill_and_Solidaridad_cocoa_farmer_support_activities_in_Cte_dIvoire_2008-2012 (consultado a 17 de março de 2015).
- Wageningen UR (2012), *Scaling Up Inclusive Agribusiness: Insights from Different Commodities*, Centre for Development Innovation, Wageningen UR, Haia, seasofchange.net/file/downloads/2012/04/Scaling-up-inclusive-business-models-Final_Cover-ah.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- Wegner, L. e G. Zwart (2011), *Who Will Feed the World? The Production Challenge*, Research Report, Oxford, Oxfam GB, www.oxfamnovib.nl/Redactie/Downloads/Rapporten/who-will-feed-the-world-rr-260411-en.pdf (consultado a 17 de março de 2015).



From:
African Economic Outlook 2015
Regional Development and Spatial Inclusion

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2015), “Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África”, in *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264233362-6-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.